



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

IARA ANAHI MUNIZ DOMINGUEZ

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA GARANTIA DOS
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS**

Brasília – DF
2025

IARA ANAHI MUNIZ DOMINGUEZ

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Dr^a Tatiana Lemos
Sandim

Brasília – DF
2025

IARA ANAHI MUNIZ DOMINGUEZ

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NA GARANTIA DOS DIREITOS
SOCIOASSISTENCIAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Iara Anahi Muniz Dominguez

Dr^a Tatiana Lemos Sandim

Professora-Orientadora

Dr^a Fernanda Natasha Bravo Cruz

Professora-Examinadora 1

Brasília, 19 de dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e sabedoria durante toda minha graduação, por ter me sustentado quando eu precisei.

Agradeço à minha mãe, Maria dos Anjos, por ser minha base e minha inspiração. Você sempre acreditou em mim e fez o possível e o impossível para que eu estivesse aqui hoje, em uma Universidade Federal.

Agradeço também ao meu pai, aos meus irmãos, minhas primas e meus familiares, que sempre me apoiaram e se orgulharam da minha trajetória.

Agradeço ao meu namorado, Vinícius, que sempre acreditou em mim, me deu apoio e acolhimento nessa jornada.

Agradeço também à minha orientadora, Tatiana Lemos Sandim, que me fez despertar o desejo de estudar sobre as políticas sociais, especialmente sobre a população em situação de rua. Você fez um papel fundamental na construção desse trabalho, me encorajou, me acalmou e fez com que eu acreditasse em mim, obrigada por todas as conversas, orientações e por toda dedicação.

Agradeço aos meus amigos que conquistei ao longo da graduação, sempre estiveram comigo, trazendo leveza aos anos do curso, obrigada pelo acolhimento, trocas e desabafos.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para realização deste trabalho, em especial aos coordenadores do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal e aos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Lutam por dignidade e sobrevivência num país muito elitista e desigual.

Mesmo assim, seguem firmes na luta buscando a inclusão social. (Vanilson Torres, Liderança do MNPR, 2012.)

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender o papel do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em suas ações pela garantia dos direitos socioassistenciais. O movimento é formado por pessoas com trajetória de rua que juntos lutam pela emancipação social e política da população em situação de rua. Para tanto, foi realizado um estudo com o MNPR no Distrito Federal e com os atores governamentais, representados nesta pesquisa pelos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes). Parte-se do pressuposto que essa instituição visa garantir e efetivar o direito à proteção social da população em situação de rua, a partir da oferta de serviços e benefícios que contribuam com a garantia dos direitos sociais e enfrentamento da pobreza desse grupo. Para contextualizar a pesquisa, foram discutidos temas como população em situação de rua e seus direitos, a própria história do MNPR, movimentos sociais e seus repertórios de interação. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, para analisar como o movimento interage com os diferentes públicos e quais estratégias ele utiliza para a ação coletiva. Os resultados da pesquisa apontam que o Movimento tem desempenhado um papel fundamental nas ações de garantia dos direitos, que reflete tanto nas políticas públicas para o coletivo, quanto em suas vidas pessoais.

Palavras-chaves: População em Situação de Rua, direitos socioassistenciais, Política Nacional da População em Situação de Rua, Movimento Nacional da População de Rua, Movimentos sociais, Repertórios de Interação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Repertórios de interação utilizados pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua - Núcleo do Distrito Federal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

CIAMP RUA-DF - Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DF - Distrito Federal

DISEFI - Diretoria de Serviços Especializados a Família e Indivíduos

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

GESEAS - Gerência de Serviços Especializados em Abordagem Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua

MNPR-DF - Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Distrito Federal

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNPSP - Política Nacional para População em Situação de Rua

PopRua - População em Situação de Rua

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TMR - Teoria da Mobilização de Recursos

TPP - Teoria do Processo Político

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo Geral	12
1.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 População em Situação de Rua e seus Direitos	16
2.1.1 Contextualização da População em Situação de Rua	16
2.1.2 Direitos para População em Situação de Rua	19
2.2 O Movimento Nacional da População em Situação de Rua	23
2.3 Movimentos Sociais	26
2.3 Repertórios de Interação dos Movimentos Sociais	29
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	32
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1 Interação do Movimento com a População em Situação de Rua	38
4.2 Interação do Movimento com a SEDES	43
4.3 Efeitos da Construção Coletiva	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
APÊNDICES	65

1. INTRODUÇÃO

Os avanços da globalização, acompanhado da expansão do capitalismo, têm alcançado diferentes sociedades, provocando reflexos negativos principalmente em populações com contexto de vulnerabilidade. As mudanças políticas, sociais e econômicas, nesse contexto, têm incentivado cada vez mais estruturas que perpetuam as desigualdades sociais e a falta de garantia dos direitos para determinados grupos da sociedade (COSTA, 2006). A realidade brasileira, embora tenha características próprias, não se diferencia dessa tendência global, o modelo econômico implantado no País contribuiu para a formação de grupos marginalizados (COSTA, 2006).

Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua (PopRua), embora a existência de pessoas em situação de rua seja um fenômeno antigo no Brasil, foi por volta da década de 1950 que a ausência de moradia se tornou mais aparente, especialmente devido ao grande êxodo rural, com o crescimento das cidades, a automatização da mão de obra e a superlotação das áreas urbanas (MEZAROBBA; CAETANO; FRANK, 2024).

O grupo populacional das pessoas que vivem em situação de rua é heterogêneo e originado por diferentes determinações, mas compartilham a condição de extrema pobreza e a exclusão do convívio com a sociedade “formal” (COSTA, 2006). Analogamente, essa população enfrenta constantes violações de direitos, além de preconceito, criminalização, crimes de ódio¹ (assassinatos, chacinas, extermínios e espancamentos), episódios esses que reforçam ainda mais a exclusão social.

A complexidade desse fenômeno desafia os paradigmas clássicos das políticas públicas e estabelece uma constante revisão das metodologias sobre esse tema. A falta de conhecimento específico, principalmente das necessidades e

¹ 16 anos depois, “Massacre da Sé” é exemplo de violência contra população de rua: <https://www.anf.org.br/16-anos-depois-massacre-da-se-e-exemplo-de-violencia-contr-populacao-de-rua/>

Em Maceió, chacinas tiram a vida de 29 pessoas em situação de rua: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/em-maceio-chacinas-tiram-vida-de-29-pessoas-em-situacao-de-rua>

especificidades desse grupo dificulta a implementação de políticas públicas específicas (RESENDE; MENDONÇA, 2019).

Nesse contexto, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) surge a partir de esforços das próprias pessoas em situação de rua, para defender seus direitos sociais, econômicos, culturais e identitários, por meio de ações coletivas organizadas.

Nessa perspectiva, o Movimento vem alcançando conquistas relevantes para esse grupo. Podemos citar como exemplo, o marco legal para a população em situação de rua, que surgiu do resultado da pressão do MNPR, resultando na criação da Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.). Segundo Melo (2015), essa política trouxe o fortalecimento político e organizativo das pessoas em situação de rua, pois passaram a se reconhecer como pessoas detentoras de direitos, aproximando-se cada vez mais do Movimento.

Atualmente, o MNPR composto é por dezesseis coordenações nacionais, presente nos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal (COSTA, JUNIOR, 2024).

O presente trabalho busca analisar a atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua. Para isso, o estudo irá explorar a atuação do MNPR no Distrito Federal, com foco em suas ações para garantir o acesso aos serviços voltados para a população em situação de rua, ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES). Esta escolha se deve ao fato que esta instituição oferece a maior parte dos serviços socioassistenciais voltados especialmente ao atendimento da PopRua, por meio do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Segundo Medeiros (2020), os serviços ofertados nesse sistema são como a porta de entrada para o acesso dessa população aos direitos sociais.

A Sedes é um órgão de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal, responsável pela execução das políticas de assistência social, transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional, assim como pela gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no DF (SEDES, 2023).

Ainda, a secretaria tem como objetivo central, garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, a partir da oferta de serviços e benefícios que contribuam na garantia dos direitos sociais e enfrentamento da pobreza. Para isso, a secretaria oferece uma ampla rede de serviços voltados à proteção social da população em situação de rua.

Como maneira de fomentar a discussão a respeito do papel do Movimento, buscaremos responder a seguinte questão: Que papéis o Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal, exerce para influenciar na garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua?

1.1 Objetivo Geral

Analisar o papel do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal nas ações de garantia de acesso aos direitos socioassistenciais da população em situação de rua.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as estratégias de interação entre o Movimento e a população de rua, assim como, os espaços utilizados para a ação coletiva.
- Compreender de que modo o Movimento atua e que instrumentos utiliza para interagir com os atores públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.
- Analisar os efeitos das interações promovidas pelo MNPR na garantia de direitos socioassistenciais, a partir da perspectiva dos atores governamentais, da população em situação de rua e dos militantes.

1.3 Justificativa

A população em situação de rua teve um aumento significativo no período da pandemia, segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), essa população cresceu 38% entre os anos de 2019 e 2022, crescimento muito superior em relação aos anos anteriores (SILVA, 2022). Cabe destacar que segundo Relatório Preliminar População em Situação de Rua, publicado em 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas nacionais, apontou que em 2022 haviam 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único, entretanto esse número não expressa a quantidade real de pessoas vivendo nas ruas no país, esse número pode ser bem maior do que registrado, pois ainda existem muitas pessoas que não possuem cadastro nos sistemas nacionais devido a diversos fatores.

No Distrito Federal, a pesquisa censitária realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), identificou 2.938 pessoas vivendo em situação de rua em fevereiro de 2022, entretanto esse dado não representa mais a realidade desse grupo no DF. Informações mais recentes do relatório da população em situação de rua, divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em 2023, apontou que o Distrito Federal é a unidade da federação com maior percentual de pessoas em situação de rua no Brasil, com cerca de 7.924 pessoas vivendo nessa situação (ORTIZ, 2023).

Já em dezembro de 2024, segundo notícias do Metrôpoles², o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais, divulgou que houve um aumento de cerca de 8% na quantidade de pessoas vivendo em condição de rua, cerca de 8.621 pessoas. Esse aumento significativo de pessoas vivendo em situação de rua demonstra que as políticas e serviços existentes ainda demonstram-se insuficientes para a redução da condição de rua.

² DF tem mais de 8,6 mil pessoas em situação de rua neste fim de ano: https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-tem-mais-de-86-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-neste-fim-de-ano#google_vignette

Analogamente, os militantes do MNPR denunciam que a população de rua do DF sofre constantemente com situações de violações de direitos, tanto por parte do governo³ (operações de retiradas, violência policial, serviços precários ou inexistentes entre outros), quanto pela sociedade civil⁴ (descriminalização, violência, xingamentos etc.).

Tendo em vista o exposto, a participação política ativa das pessoas em situação de rua é significativamente limitada, devido à falta de recursos, acesso à informação e oportunidades. Nesse contexto, o Movimento Nacional da População de Rua surge como uma organização, que visa resgatar a cidadania dessas pessoas que lidam frequentemente com violações de direitos e que lutam pela garantia e efetivação dos direitos previstos ao grupo.

Sujeitos que, com muitas dificuldades individuais e coletivas, imprimem, no conjunto das relações sociais, suas formas de organização e suas estratégias de luta pela garantia de seus direitos.

Todos esses espaços que os movimentos passam a ocupar são de extrema importância para que os direitos da população em situação de rua sejam garantidos e efetivados com a sua plena participação (SCHUCH et al., 2012, pág. 83).

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar os processos de interação e articulação do MNPR-DF com a população em situação de rua e com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, tendo em vista que esta instituição oferta a maior rede de atendimento à PopRua.

O estudo também busca destacar a importância da participação do MNPR nas ações de enfrentamento das violações de direitos vividas pelo grupo. Ademais, percebe-se a relevância de compreender o papel do Movimento como organização representativa, que dá voz às pessoas em situação de rua e que busca a emancipação social dos indivíduos.

Para isso, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: esta introdução, que apresenta uma visão geral do objeto de estudo e uma síntese da proposta de pesquisa. O capítulo 2, por sua vez, traz a revisão de literatura, dividida nos seguintes

³ Vídeo: DF Legal e PM recolhem cobertores e documentos de pessoas em situação de rua: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/07/4940393-video-df-legal-e-pm-recolhem-cobertores-e-documentos-de-pessoas-em-situacao-de-rua.html>

⁴ Corpo de homem é encontrado perto da Torre de TV: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/corpo-de-homem-e-encontrado-perto-da-torre-de-tv>

tópicos: População em Situação de Rua e seus Direitos; Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Movimentos Sociais e Repertórios de Interação. O capítulo seguinte trata sobre os métodos e técnicas utilizados para a execução da pesquisa. Já no capítulo 4 são apresentados a análise e discussão dos resultados. E, por fim, no último capítulo estão expostas as considerações finais a respeito do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 População em Situação de Rua e seus Direitos

2.1.1 Contextualização da População em Situação de Rua

A População em situação de rua (PopRua) no Brasil é definida segundo o Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Paralelamente a essa definição, a PopRua possui outras características importantes a serem ressaltadas. A análise desse grupo social é bastante complexa devido a sua heterogeneidade, desse modo, é necessário ter em consideração o processo de “vulnerabilização” como algo dinâmico e que antecede à ida para as ruas (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

Nesse contexto, com intuito de compreender melhor o cenário de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua no Brasil, em especial no Distrito Federal, serão apresentados alguns dados da única pesquisa censitária nacional feita sobre a PopRua, a Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da pesquisa censitária realizada no Distrito Federal, desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa e Estatísticas do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA Brasil.

A pesquisa nacional demonstrou que o perfil da população em situação de rua é destoante da percepção do senso comum. Muitos perderam seus empregos, enfrentaram questões relacionadas ao uso excessivo de álcool e/ou dependência química ou até mesmo romperam vínculos afetivos, situações essas que os levaram à condição de vulnerabilidade e consequente a ida às ruas.

Segundo dados do IPEDF (2022) das 2.938 mil pessoas vivendo em condição de rua no Distrito Federal, a população masculina é predominante nesse grupo (80,7%), sendo que a parcela do sexo feminino representa apenas 19,3% da população. A faixa etária predominante é de 31 a 49 anos (47,1%), seguida por adultos jovens de 18 a 30 anos (22,0%). Esse perfil etário sugere que a população em situação de rua é composta majoritariamente por adultos em idade produtiva.

Outra importante característica a ser ressaltada sobre esse grupo, é a questão do trabalho e renda, tanto a pesquisa nacional, como a distrital apontaram que grande parte da PopRua é composta por trabalhadores de economia informal, ou seja, muitos buscam realizar atividades laborais (reciclagem, cuidador de carro, trabalhos na construção civil, limpeza, serviços domésticos entre outros) para terem meios de conseguir algum tipo de renda para sobreviver a complexa realidade que estão inseridos.

A escolaridade é outro fator que contribui para a análise do contexto da PopRua no DF. Segundo a pesquisa distrital, a maioria das pessoas em situação de rua estudou apenas o ensino fundamental, e apenas 28,8% alcançaram o ensino médio. Essa defasagem educacional demonstra que as políticas de garantia aos direitos educacionais não atendem de forma eficiente ao grupo marginalizado.

As questões relacionadas à saúde, também são aspectos importantes a serem ressaltados no contexto Distrital. Uma parcela significativa de pessoas em situação de rua afirmou ter problemas relacionados à saúde mental e bucal, mas questões com outras doenças também atingem esse grupo, são comuns o uso abusivo de álcool e drogas, dores crônicas e traumas por acidentes, entre outras questões (IPEDF, 2022). No entanto, o que se mostra contraditório no contexto do DF, é que apesar das condições de saúde enfrentadas por essa população, menos da metade acessa os serviços públicos de saúde quando necessário. De acordo com o IPEDF (2022), apenas 42% das pessoas em situação de rua buscam atendimento nas unidades básicas de saúde, e menos de 33% recorrem a hospitais. Essa baixa procura aos serviços de saúde pública pode estar relacionada a barreiras como falta de informação, estigma e dificuldades de acesso.

Paralelamente a isso, segundo a pesquisa distrital, os serviços socioassistenciais são os mais acessados pela PopRua no Distrito Federal, isso se dá porque esses serviços buscam atender as necessidades básicas e emergenciais dessa população, sendo por vezes os únicos espaços de acolhida. Segundo Medeiros

(2020) esses serviços atuam como centros de encaminhamentos para o atendimento de outras demandas relacionadas a garantia de acesso aos direitos para essa população. Nesse sentido, de acordo com a autora, são nos serviços socioassistenciais voltados para a população em situação de rua (Centros POP, CREAS, SEAS e os serviços de Acolhimento Institucional) que essas pessoas conseguem atender suas necessidades mínimas. Entre as principais ofertas destes serviços estão, o encaminhamento para confecção de documentação civil básica, para consultas e tratamentos de saúde e cursos profissionalizantes, a disponibilização de banheiros para uso e banho, de alimentação, entre outras demandas organizadas a partir da necessidade do usuário (MEDEIROS, 2020).

Ainda, é importante citar a questão de acesso aos programas e benefícios governamentais, a pesquisa nacional apontou que a grande maioria da população em situação de rua (88.5%) não era contemplada. Já no Distrito Federal a pesquisa demonstrou que 50,7% não recebem benefícios governamentais. O acesso a esses incentivos não apenas ajuda a reduzir a vulnerabilidade econômica, mas também funciona como um primeiro passo para a reconstrução de vínculos sociais e a superação da situação de rua.

Com relação a documentação, a pesquisa nacional, demonstrou que há um número significativo de pessoas em situação de rua, que sequer possuem documentos de identificação. No entanto, no DF a pesquisa censitária demonstrou que a grande maioria possui ou já possuiu documentação básica. A ausência de documentações acarreta uma série de implicações, que vão desde a dificuldade em obter um emprego formal, o acesso a serviços e programas governamentais, até mesmo a limitação no exercício da cidadania de forma mais geral.

Diante do exposto e com base na análise dos dados apresentados, torna-se evidente a complexidade do cenário de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, desde o processo que os leva a essa condição até os desafios diários para sua sobrevivência. O crescente número de indivíduos vivendo nas ruas reflete não apenas a desigualdade social, mas também a insuficiência de políticas públicas eficazes para prevenir e reduzir essa realidade. Isso se confirma com o dado apresentado na pesquisa do IPEDF (2022), que mostra que mais de 46% do total de pessoas em situação de rua, vivem nessas condições de violações de direitos há mais de 5 anos, sendo que 29,2% está há mais de 10 anos. A pesquisa apontou também lacunas nas ações voltadas para essa população, ressaltando a necessidade de avanços, seja

para propor novas políticas públicas, ou reformular as políticas já existentes. (IPEDF, 2022). Por fim, a falta de garantia de direito à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde e à assistência social reforçam o ciclo de exclusão e marginalização.

2.1.2 Direitos para População em Situação de Rua

Em 1948, com a proclamação Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU), os países signatários deveriam reconhecer que todos os indivíduos, sem distinção de sexo, raça, idade, religião e credo político, têm como direitos, a saúde, o trabalho, a renda, o lazer, a previdência social, educação e moradia. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948). No entanto, embora o Brasil fosse membro-fundador da ONU e signatário da DUDH, a concepção de direitos humanos foi incorporada apenas no período da redemocratização, com a Constituição Federal (CF) de 1988 (TELES, 1998).

A Constituição atribui em seu Art.1º como responsabilidade do Estado democrático de direito, atender à cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político (BRASIL, 1988). Além disso, estabeleceu em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, e possuem direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

A CF prevê ainda uma série de direitos sociais que todos os cidadãos brasileiros, sem distinção, possuem:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Considerando o reconhecimento dos direitos fundamentais a um padrão de vida digno pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal, evidencia-se a importância de garantir o direito de acesso a serviços essenciais e à igualdade de oportunidades das pessoas em situação de rua, uma vez que esses indivíduos enfrentam constantemente situações de violações de direitos.

Segundo Barbosa (2018), a partir da década de 1990 grupos que militavam pela defesa dos direitos da população em situação de rua conseguiram conquistar

relevância e adentrar nas agendas das prefeituras municipais. A partir daí, surgem as primeiras iniciativas do poder público destinadas especificamente a essa população, com ênfase na defesa de seus direitos e na garantia de acesso aos serviços públicos” (BARBOSA. 2018, p. 12).

Nesse contexto, por volta dos anos 2000, o tema foi ganhando espaço também no âmbito federal, que passou a incluir o grupo em normativas que buscassem garantir o acesso aos direitos dessa população (BARBOSA, 2018). As primeiras normativas nesse sentido voltadas à população em situação de rua foram estabelecidas por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS - Resolução Nº 145, em 15 de outubro de 2004), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), seguindo as diretrizes da LOAS e princípios presentes na CF, que entende a Assistência como uma política social inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro, no campo da seguridade social (ARGILES; SILVA, 2011).

Segundo Reis e Azevêdo (2022) essa política de proteção social busca compreender as condições, riscos e vulnerabilidades dos cidadãos, identificando suas necessidades e potencialidades, e para que tal política pudesse ser efetivada houve a necessidade da construção de um Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Essa foi a primeira vez que a população em situação de rua foi inserida como público-alvo de uma política.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (aprovado em julho de 2005, pelo CNAS, por meio da NOB 130, de 15 de julho de 2005), a população em situação de rua passou a ser atendida pelos serviços de proteção social de média e alta complexidade. Essa medida garantiu a inclusão dessas pessoas nos serviços socioassistenciais, viabilizando e ampliando o acesso a benefícios e programas específicos para esse grupo (REIS; AZEVÊDO, 2022).

Posteriormente, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), que estabelece a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado e também define diretrizes, como a universalização dos direitos sociais, a oferta de serviços socioassistenciais de qualidade e a igualdade de acesso. Foi alterada pela Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. A partir dessa alteração, tornou-se obrigatória a criação de programas específicos de amparo às pessoas em situação de rua.

Um tempo depois, foi promulgado o Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009), essa política nasceu de esforços do MNPR, apoiadores e governo, no II Encontro Nacional da População em Situação de Rua (maio de 2009).

Esta política é um marco importante para a população em situação de rua, pois foi criada com o intuito de promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da população em situação de rua, além de articular políticas públicas, incentivar a participação e controle social desse grupo. Nesse sentido, essa política tem como princípios previstos no artigo 5º:

- I- respeito à dignidade da pessoa humana;
- II- direito à convivência familiar e comunitária;
- III- valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV- atendimento humanizado e universalizado; e
- V- respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009)

Além disso, a PNPSR norteia-se em objetivos para alcançar os resultados estimados pela política, dentre eles:

- I- assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II- garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores;
- IV- produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- VI- incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua;
- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VII- incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- VII- proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica. (BRASIL, 2009)

Cabe destacar ainda, que a implementação desta política deve ocorrer de forma descentralizada entre a União e os entes federativos. Segundo o Ministério dos

Direitos Humanos e da Cidadania essa estrutura desempenha um papel essencial, pois contribui para fortalecer a institucionalização da PNPSR e para promover um diálogo efetivo entre os gestores públicos de diferentes esferas de governo. Isso visa potencializar as ações e implementar políticas públicas direcionadas a esse público no território nacional, respeitando a diversidade cultural e regional do país (BRASIL, 2023).

O estabelecimento dessa política por parte dos estados, municípios e da União, prevê a instituição de comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento das ações estabelecidas, que contam com a participação de movimentos sociais, sociedade civil e Governo, além da implantação dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), destinados ao atendimento e suporte especializado a essa população.

Segundo Gomes e Elias (2016), a política nacional para a população em situação de rua promoveu o fortalecimento dos direitos sociais desse grupo, através do acesso a serviços e programas de diferentes políticas públicas. A articulação do Sistema Único da Assistência Social e do Sistema Único de Saúde, em conjunto com a ampliação da rede de acolhimento e a implementação dos Centros Pops, possibilitou que essas pessoas pudessem ser alcançadas por outras políticas.

Com relação ao contexto pesquisado, o Distrito Federal, a adesão do Governo ao Decreto da Política Nacional para a População em Situação de Rua, ocorreu em 16 de abril de 2013, quando foi assinado o termo de adesão à política e instituído o CIAMP Rua-DF. Segundo Pereira (2016), o DF foi o primeiro ente da Federação (da esfera para além de município) a realizar a adesão oficial, e a partir daí passou a se responsabilizar pela elaboração e execução de ações, programas e serviços direcionados a esse público.

Nessa perspectiva, no contexto da assistência social, a maior rede de serviços para atendimento da população em situação de rua do Distrito Federal é mantida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que conta com 26 equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas), dois Centros de Referência Especializados para População de Rua (Centro Pop Brasília e Taguatinga), doze Centros de Referência de Assistência Social (CREAS), além de 15 serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua (IPEDF, 2022).

Já no âmbito educacional, a Secretaria de Educação do Distrito Federal administra a Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade. Essa instituição atende especificamente à PopRua, oferecendo um trabalho pedagógico diferenciado que valoriza e respeita as características e realidades dos estudantes em situação de rua (IPEDF, 2022). Por fim, no que tange a saúde, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal oferece o serviço Consultório na Rua. Por meio dessa iniciativa, equipes multiprofissionais desenvolvem ações integrais de saúde atendendo às pessoas em situação de rua diretamente em seu espaço de vivência. Atualmente, o serviço conta com três equipes atuantes nas regiões de Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto (IPEDF, 2022).

Com tudo que foi exposto, foi possível compreender que tanto a Política Nacional de Assistência Social quanto o Decreto nº 7053 de 2009, abriram caminhos para a criação de outras políticas públicas voltadas à garantia de direitos dessa população, estabelecendo diferentes formas de acesso aos serviços para atender as necessidades desse público. No entanto, embora exista um arcabouço legal abrangente direcionado à população em situação de rua, a efetivação prática desses direitos ainda enfrenta grandes desafios, o aumento dessa população demonstra isso. A complexidade das demandas desse grupo populacional exige uma atuação intersetorial integrada, que seja capaz de promover melhores condições de saúde, emprego, habitação e inclusão social, para que assim estas pessoas consigam a superação às ruas.

2.2 O Movimento Nacional da População em Situação de Rua

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), teve sua origem no Brasil em 2004, após uma chacina que ocorreu na Praça da Sé em São Paulo, onde sete moradores de rua foram brutalmente assassinados. A partir dessa tragédia, grupos em São Paulo e Belo Horizonte começaram a se mobilizar para firmar o movimento, criando o “Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua que, em conjunto com outras instituições sociais, criaram o Movimento Nacional da População de Rua”. (ZANELLA; SICARI, 2020).

Contudo, o movimento foi de fato consolidado em 2005, no 4º Encontro Nacional Lixo e Cidadania, evento que teve como pauta principal o combate à violência

e a impunidade, que se estendeu às lutas pela construção e fiscalização de políticas públicas para as pessoas em situação de rua. (ZANELLA; SICARI, 2020).

O MNPR é formado por pessoas que vivem ou já vivenciaram a situação de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e dignidade humana para todos. (SANTOS, 2012). Portanto, o Movimento tem como princípios os ideais de resgate à cidadania, reinserção ao mercado de trabalho, moradia, saúde, educação e políticas públicas que atendam as necessidades dessa população.

A luta é baseada no que falta; então falta moradia, falta saúde, falta educação, então a luta é de fato pelas políticas públicas. E aí não é pela criação de espaços para o morador de rua, é pra inserção da população de rua nos espaços, por exemplo, como na escola, como nos centros de referência da assistência. Então acho que nós temos outro desafio, que é trazer [dar] a visibilidade aos olhos da sociedade que essa população é capaz de se organizar, mas principalmente trazer o porquê dessa organização (Trecho da Entrevista do Militante do MNPR - RODRIGUES, 2012).

A organização do Movimento da população em situação de rua foi fundamental para motivar o Estado a elaborar políticas voltadas a esse grupo. Em 2005 durante o Governo Lula, foi feito o primeiro Encontro Nacional sobre a PopRua, onde governos municipais, organizações sociais e pessoas em situação de rua de vários lugares do Brasil, participaram empenhados em conhecer os desafios e construir estratégias de políticas públicas para a população em situação de rua. (SANTOS, 2012). A mobilização do movimento nesse encontro, resultou na aprovação da Lei 11.258/2005, que incluiu a população em situação de rua na Lei Orgânica da Assistência Social (SANTOS, 2012). Já em 2007, em respostas também às pressões exercidas pelo movimento, foi feita a primeira pesquisa censitária sobre a PopRua. Mais adiante, em agosto de 2009 foi criada a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Nesse contexto, o estabelecimento e a atuação do MNPR influenciaram diretamente a estruturação do debate acerca da população em situação de rua, incidindo tanto nas próprias pessoas inseridas nessa condição, quanto no Estado e nas políticas públicas. A esse respeito, Melo (2015) pontua:

o estabelecimento do MNPR marca em definitivo a existência de um espaço de fala e reconhecimento das pessoas em situação de rua enquanto interlocutores válidos no campo de disputas políticas e nas questões que se referem à vida em situação de rua. Os esforços em torno do movimento produzem a mobilização de diversos segmentos da sociedade, o que culmina

em percepções renovadas sobre a questão -não apenas como foco de políticas setoriais ou objeto de debates, mas como interlocutores possíveis na arena pública. (MELO, 2015)”

Segundo Sicari e Zanella (2020), o MNPR defende a inclusão das pessoas em situação de rua na discussão de qualquer assunto que esteja relacionado a elas, seguindo o lema "Nada sobre nós, sem nós", que reafirma seu protagonismo na construção de políticas e ações voltadas a essa população. Sob essa ótica, desde sua criação, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua tem se dedicado de forma árdua à luta contra as violações de direitos enfrentadas pela PopRua, sobretudo para garantir que as políticas públicas voltadas para essa população não permaneçam apenas no campo das intenções ou nos documentos oficiais. Nesse sentido, Costa e Junior (2024) apontam que o Movimento como voz da luta da rua, tem como objetivo lutar por uma ampliação e garantia dos direitos das pessoas em situação de rua, buscando uma conscientização de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais.

Além disso, o Movimento também tem cada vez mais ocupado espaços de protagonismo, onde contam com diversas estratégias, como mobilizações sociais, participação em conselhos e conferências, articulações com outras organizações da sociedade civil e parcerias com instituições acadêmicas, com intuito de buscar dar visibilidade às demandas da PopRua e pressionar o poder público para efetivar medidas concretas.

Ainda, Movimento Nacional da População em Situação de Rua atualmente é composto por dezesseis coordenações nacionais e se faz presente nos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, e no Distrito Federal (DF) (COSTA, LEITE JUNIOR, 2024)

Na cidade pesquisada, não foram encontrados registros precisos sobre a consolidação do núcleo do MNPR, no entanto, os militantes relatam que o movimento nasceu no Distrito Federal por volta de 2004. Atualmente, ele é composto por quatro coordenadores, que não estavam presentes em sua criação. Os militantes apontam que a existência de uma alta rotatividade entre os membros e a inexistência de uma cultura de registros históricos, dificulta traçar o marco histórico da organização.

No entanto, o grupo no Distrito Federal tem se dedicado intensamente, atuando tanto em âmbito local quanto nacional. O MNPR-DF realiza um trabalho transversal em parceria com diversas instituições, incluindo secretarias do DF (Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Saúde e outras), Defensoria Pública, Ministério Público, Universidade de Brasília, Fiocruz e com deputados federais e distritais.

2.3 Movimentos Sociais

Os movimentos sociais representam formas de ações coletivas organizadas, com o intuito de expor interesses, demandas e questões em comum de um determinado grupo de indivíduos, buscando promover mudanças sociais, políticas e culturais (LIMA, 2018). A compreensão dessas organizações, requer uma análise de suas dinâmicas ao longo dos tempos, nesse sentido, discutiremos abordagens teóricas contemporâneas que contribuíram para o estudo dos movimentos sociais, a partir dos debates iniciados na década de 1960, sendo elas, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A Teoria da Mobilização de Recursos, originou-se das transformações políticas que ocorreram nos anos 1960, nos Estados Unidos, devido à fragilidade do paradigma tradicional que explicava os movimentos sociais a partir de indivíduos movidos por sentimentos e descontentamento irracionais (NUNES, 2014). Na abordagem da TMR, os movimentos sociais surgem à medida que se estruturam oportunidades políticas que contribuem para ações coletivas, como também, quando líderes e recursos estão à disposição (GOHN, 1997), ou seja, nessa perspectiva, a ação coletiva se viabiliza diante da presença de recursos materiais (financeiro e infraestrutura), humanos (ativistas, líderes, apoiadores) e coordenação dos indivíduos. (ALONSO, 2009).

Segundo os autores que contribuíram para o desenvolvimento dessa corrente, John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977), os atores envolvidos nos movimentos são guiados pelo interesse racional, onde estabelecem a relação de custo-benefício do engajamento e a disponibilidade dos recursos para atingirem suas

demandas, nesse sentido, para os autores, os movimentos sociais representam uma forma de ação coletiva, onde a participação de organizações que contribuam com as causas, mobilizando recursos é fundamental para a obtenção dos objetivos traçados pelos movimentos (NUNES, 2014).

Por outro lado, a abordagem da mobilização política, ou como também é conhecida, Teoria do Processo Político, surgiu a partir da reformulação da abordagem da TMR na década de 70, também nos Estados Unidos. Teve como foco o desenvolvimento do processo político, a análise da cultura e interpretação dos atores dos movimentos (GOHN, 1997).

Na Teoria do Processo Político, o surgimento de um movimento social está ligado ao desenvolvimento de “estruturas de oportunidades políticas”, ou seja, os indivíduos se engajam com o movimento, em confrontos políticos, à medida em que padrões de oportunidade e restrições políticas são mudados, logo, são criados repertórios estratégicos de ações coletivas (TARROW, 2009). Maria da Glória Gohn (1997), destaca ainda que essa abordagem reintroduziu a psicologia social como ferramenta de compreensão acerca do comportamento coletivo dos movimentos. Nessa perspectiva, segundo os autores Franco, Soares e Dale (2021), “a TPP atribuiu um dinamismo, interação estratégica e resposta ao ambiente político em que estavam inseridos os movimentos sociais” (FRANCO; SOARES; DALE, 2021 p. 8).

Charles Tilly, importante nome da sociologia política que contribui significativamente com essa teoria, estabeleceu então, o movimento social como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob conflito (ALONSO, 2009).

Segundo Ângela Alonso (2012), Tilly aborda o surgimento e o desenvolvimento das mobilizações coletivas mediante a análise do contexto político (estruturas de oportunidades, ameaças políticas). Essa análise se debruça sobretudo nas relações de forças entre as autoridades - grupos que ocupam cargos no Estado (atores governamentais - e os desafiantes, aqueles que se encontram do lado de fora (movimentos sociais, sociedade civil). Para Tilly, além do contexto político favorável ou não para a ação política coletiva, os movimentos sociais teriam que criar ou se apropriar de estruturas de mobilizações para atingirem seus objetivos, foi assim que o autor incorporou o conceito de repertório dentro dessa abordagem (ALONSO 2012).

Tarrow (2009), ressalta também que as mudanças nas estruturas de oportunidade políticas podem incentivar ou não o surgimento das ações coletivas. Ou seja, segundo o autor, um contexto político favorável pode facilitar a mobilização dos movimentos sociais, assim como aumentar a probabilidade de alcançar seus objetivos. A mobilização política, nessa abordagem, baseia-se no contexto das relações firmadas com o Estado, que é o “detentor do poder” e os “desafiantes”.

Por fim, temos a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, uma abordagem europeia, introduzida nas décadas de 60 e 70, que contribuiu com intensos debates junto ao paradigma norte-americano tratado anteriormente (GOHN, 1997). O desenvolvimento da TNMS teve seu foco na análise de questões como cultura, ideologia, consciência, crenças, entre outros aspectos que pudessem colaborar para a construção da identidade coletiva política e cultural da sociedade (CORRÊA; ANTONIO, 2023).

Segundo essa visão, os movimentos sociais não se promoveriam apenas para combater o Estado ou conquistar determinado governo, mas também surgiriam a partir de demandas por democratização social, com reivindicações a serem construídas tanto no plano das leis, quanto nos costumes, comportamentos e hábitos, promovendo mudanças culturais de longa duração, coordenadas e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009).

Nesse contexto, Melluci afirma que:

[...] a identidade coletiva permite que os atores sociais atuem como sujeitos unificados e demarcados e que mantenham o controle de sua própria ação; por outro lado, entretanto, eles podem atuar como corpos coletivos, pois completaram, em alguma medida, o processo construtivo da identidade coletiva (Melucci, 2001 p. 72).

Dessa forma, os atores sociais, baseados na identidade coletiva, lutam em favor da sociedade, a partir de temas que tratam sobre os direitos de uma forma mais plural (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Consequentemente, os novos movimentos estão dispostos a recusar a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos, pois acreditam ser mais importante assegurar direitos sociais - existentes ou a ser adquiridos para seus consumidores (GOHN, 1997).

A partir da análise das dinâmicas dos movimentos sociais à luz das teorias apresentadas, é possível estabelecer uma relação entre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e a Teoria do Processo Político.

Utilizando o conceito de estruturas de oportunidades políticas e de repertórios de conflitos. Observa-se que MNPR se organiza em torno de uma insatisfação, utilizando diferentes formas e estratégias, buscando mobilizar-se de forma influente, utilizando-se de repertórios de ação coletiva e aproveitando oportunidades políticas para defender os interesses da população em situação de rua. Essa atuação dual que combina ações dentro das instituições com mobilizações externas, refletem a adaptação do movimento ao ambiente político.

2.3 Repertórios de Interação dos Movimentos Sociais

Ao compreendermos que os movimentos sociais se organizam em torno de ações coletivas que buscam promover mudanças sociais, políticas e culturais, é importante compreender a relação da atuação desses atores nas políticas públicas. Nesse sentido, Gurza Lavallo (2018) aponta que há uma relação de mútua cooperação entre os movimentos sociais e as políticas públicas, ou seja, os movimentos sociais contribuem para a emergência e o fortalecimento das políticas públicas, ao mesmo tempo em que as políticas públicas favorecem o desenvolvimento e o sucesso desses movimentos.

Sob essa ótica, Abers, Silva e Tatagiba (2018) destacam também que os movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência, estabelecendo interações com diversos atores e instituições. Dessa forma, os movimentos sociais influenciam as políticas públicas ao se inserirem em redes e comunidades de políticas públicas, buscando interagir com atores sociais e estatais (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

Segundo Abers e Bulow (2011), a construção de novas arenas participativas no Brasil tem contribuído para a aproximação entre atores sociais e estatais. Nesse contexto, os movimentos sociais têm adotado diferentes estratégias para influenciar em todo o processo das políticas públicas. Para isso, estabelecem intensas articulações, dentro e fora dos canais institucionais de participação, além de

dialogarem com atores do sistema político (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2005). Dessa forma, estão presentes em muitos estágios do fazer político.

Nessa perspectiva, a relação entre os movimentos sociais e as políticas públicas é influenciada também pelas estratégias adotadas para a ação coletiva, que impactam diretamente sua capacidade de incidir no processo político. Nesse contexto, a Teoria do Processo Político é bastante utilizada no campo dos estudos de movimentos sociais, sobretudo para analisar e compreender as dinâmicas dos movimentos em contextos de conflito. Dentro desse campo, o conceito de repertório de conflito desenvolvido por Tilly (2006), deu origem a um arcabouço teórico essencial para compreender as diversas formas de ação coletiva.

Angela Alonso (2012) explora a história do conceito desenvolvido pelo autor, destacando que os repertórios são compreendidos como um conjunto de ações realizadas por grupos de indivíduos em situações de conflito, dentro de um contexto específico. Nessa perspectiva, Tilly destaca que o repertório é definido como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas que emergem da luta.” (TILLY, 1995 apud ALONSO, 2012).

A Teoria Tillyana abriu um caminho teórico para os pesquisadores de movimentos sociais, principalmente aqueles que se interessam em compreender a múltiplas formas de interação dos movimentos, sobretudo em distintos contextos políticos. No contexto brasileiro, o processo de redemocratização trouxe uma nova perspectiva para a sociedade. Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a dispor de mecanismos que fortalecem a relação entre a sociedade civil organizada e o Estado, como por exemplo as eleições, a liberdade de associação e de organização partidária, orçamentos participativos, entre outros instrumentos (PEREIRA, 2018). Nesse sentido, a consolidação desses meios de participação direta e semidireta ampliaram significativamente os processos participativos no país (MOREIRA; SANTIAGO, 2018).

Cabe ressaltar ainda, que no Brasil, a relação construída com os movimentos sociais e o Estado, principalmente nos governos de esquerda, vai além da perspectiva do conflito. As autoras Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014), analisando o contexto político brasileiro, de maior proximidade entre os movimentos

sociais e os atores estatais, utilizaram o conceito de repertório de conflito de Charles Tilly, originalmente concebido para o estudo das dinâmicas de conflito dos movimentos sociais, adaptando-o também à análise do conteúdo das mobilizações coletivas, a partir de uma realidade de proximidade com o Estado. As autoras apresentam quatro rotinas de interação entre o Estado e a sociedade civil, sendo elas:

- a) Protestos e ação direta: É a forma de interação escolhida pelos movimentos quando estes querem expressar demandas por meio de mobilização, para pressionar os atores estatais para negociação. (Marchas, Passeatas, Acampamentos etc.)
- b) Participação institucionalizada: Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas e/ou estabelecidas por leis. (Orçamento Participativo, Conselhos, Conferências etc.)
- c) Política de proximidade: Esta forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil, tem características semelhantes ao clientelismo. (Lobby, proximidade com atores governamentais etc.)
- d) Ocupação de cargos na burocracia: Esta forma de interação ocorre quando os militantes dos movimentos sociais de maneira estratégica ocupam posições no governo.

A vista do exposto, é possível compreender que os movimentos sociais no Brasil, para alcançarem seus objetivos de promover mudanças sociais, políticas e culturais, podem negociar frequentemente com o Estado, assim como investir em ações dentro das instituições estatais, tanto ocupando posições estratégicas na burocracia, como em novas arenas participativas, “transformando o próprio Estado em espaço de militância política” (ABERS, SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Tipo e descrição geral da pesquisa

O presente trabalho tem como propósito compreender e analisar o papel do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a partir de suas interações e articulações, com os atores governamentais, para a garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua.

Para isso, foi realizado um estudo com o MNPR - DF e com os atores governamentais, representados nesta pesquisa pelos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Parte-se do pressuposto, que essa instituição desempenha um papel de garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, sobretudo com a população em situação de rua, a partir da oferta de serviços e benefícios que contribuam com a garantia dos direitos sociais e enfrentamento da pobreza (SEDES, 2023).

Com o intuito de atingir os objetivos estipulados para esse trabalho, a presente pesquisa é de natureza qualitativa. De acordo com Minayo (2002, p. 22), as abordagens qualitativas se aprofundam no mundo dos significados das ações e relações humanas, algo que não seria captável em um estudo quantitativo. Ainda, o estudo qualitativo, tem por base conhecimentos teórico empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade (ZANELLA, 2006)

Além disso, a pesquisa também pode ser classificada como exploratória, uma vez que seu objetivo é compreender as formas e os instrumentos utilizados pelo MNPR para interagir e se comunicar com a população de rua e com os atores políticos institucionais. Como também, para analisar os efeitos da participação do Movimento no processo das políticas públicas de garantia dos direitos, especialmente nas políticas de assistência social. Segundo Losch, Rambo e Ferreira (2023) a pesquisa exploratória tem como propósito envolver o pesquisador em momentos de reflexão, análise da realidade e produção de conhecimentos, a partir do levantamento dos dados e informações do objeto de estudo.

Para isso, serão utilizados como recursos de obtenção de dados, a observação participante, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e realização de entrevista não estruturadas e semiestruturadas. Por fim, os dados coletados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo, permitindo uma abordagem reflexiva e sistemática das informações obtidas.

Observação Participante

A observação participante é o instrumento que permite ao pesquisador observar os fenômenos e compartilhar experiências vividas pelos sujeitos analisados. De acordo com Severino (2013), esse instrumento metodológico envolve uma participação sistemática e contínua nas atividades dos grupos estudados ao longo de todo o processo da pesquisa. Nesse sentido, a observação participante ocorreu logo nos primeiros momentos da pesquisa e ao decorrer dos estudos.

Segundo Correia (2009), esse instrumento busca compreender as pessoas e suas atividades dentro de um determinado contexto, permitindo uma análise indutiva e compreensiva. Cabe ressaltar ainda, que para compilar as informações observadas foi empregado o uso de diários de campo, por se tratar de uma ferramenta que permite registros de caráter descritivo-reflexivo, a partir do cotidiano da observação (ESTEVAM, 2012).

Diante disso, foi realizado inicialmente o acompanhamento de um evento voltado à população em situação de rua no Centro de Referência Especializado para a Pop Rua (Oficina participativa do Plano Diretor). Essa oportunidade permitiu a apresentação da pesquisadora e da pesquisa aos militantes do MNPR-DF, aos servidores da SEDES e do Centro Pop. Além disso, também foi possível observar e conversar com algumas pessoas em situação de rua que estavam presentes na oficina.

Ainda nessa fase, por meio da minha residência, tive a oportunidade de acompanhar e participar de reuniões, oficinas e audiências públicas com gestores de setores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, responsáveis pelos serviços socioassistenciais voltados à garantia de direitos dessa população, como a Diretoria de Serviços Especializados a Família e Indivíduos (DISEFI), a

Gerência de Serviços Especializados em Abordagem Social (GESEAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Brasília. Foi essencial analisar as dinâmicas de interação entre o MNPR-DF e esses atores públicos.

Posterior a isso, também foram acompanhados outras reuniões e espaços que os atores analisados estiveram participando (Audiência Pública sobre o Fenômeno da População de Rua; Conferência Livre Nacional de Saúde Mental com a Pop Rua, audiência pública sobre o Direito à Cidade da População em Situação de Rua). Ressalta-se que além das anotações nos diários, foram realizadas gravações dos discursos dos diferentes atores, com o intuito de analisar, observar e refletir a respeito das formas de articulação dos sujeitos nos contextos em que eles interagiam.

Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir de estudos e registros de autores e pesquisadores disponíveis. Dito isso, o pesquisador utiliza materiais analíticos de outros estudiosos consoantes ao tema, constituído principalmente de: livros, revistas, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses entre outros materiais (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essa metodologia é amplamente utilizada, pois proporciona ao pesquisador um alicerce que conecta a teoria e o conhecimento técnico, com o objeto e os objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa foram levantados materiais que pudessem contribuir com contextualização do tema, construção do referencial teórico e consolidação da pesquisa. Foram analisadas bibliografias dos seguintes temas: População em situação de rua, movimento nacional da população em situação de rua, direitos humanos, sociais e socioassistenciais, política nacional para a PopRua, movimentos sociais, repertórios de interação entre Estado e sociedade.

Pesquisa Documental

A pesquisa documental por sua vez, é realizada por meio de documentos que pudessem contribuir com o trabalho. Os materiais colhidos nesse processo ainda não receberam tratamento analítico (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assim, cabe ao

pesquisador assumir um papel reflexivo-analítico, de maneira a organizar os dados e informações dispersas, de acordo com os objetivos da pesquisa.

No presente trabalho, foram analisados documentos normativos do Ministério do Desenvolvimento Social, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e da política distrital voltada à população em situação de rua. Esses documentos foram examinados com o intuito de contribuir com a compreensão sobre os serviços e políticas oferecidos pela Sedes para a PopRua. Nesse sentido, os documentos analisados foram os seguintes:

- **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993** – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- **Resolução CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004**, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
- **Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005**, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS);
- **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009**, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
- **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – MDS/2011**
- **Decreto nº 33.779, de 06 de julho de 2012**, que institui a política para inclusão social da população em situação de rua do distrito federal e dá outras providências.

Entrevistas

A entrevista é uma técnica de coleta de dados que estabelece uma interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, com o intuito de obter informações sobre um determinado assunto. Segundo Severino (2013), são definidos os direcionamentos da linha de questionamento, para compreender o que os indivíduos entrevistados pensam, sabem, argumentam e representam em relação ao tema

estudado. Nesse sentido, as entrevistas podem ser realizadas de forma individual ou em grupo, e se classificam em estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas.

Este estudo teve como objetivo analisar 3 grupos de participantes. O primeiro grupo foi composto por pessoas em situação de rua, com o objetivo de compreender suas perspectivas sobre a atuação do movimento. Diante da dificuldade em estabelecer um diálogo mais estruturado com esses atores, optou-se por realizar entrevistas não estruturadas. Antes das conversas, foi necessário definir os principais temas a serem explorados, garantindo que as informações coletadas contribuíssem para os objetivos específicos 1 e 3 da pesquisa. Assim, busquei compreender a percepção dessas pessoas sobre seus direitos, bem como suas opiniões sobre a atuação e representação do Movimento.

Foram entrevistadas 3 pessoas em situação de rua, que foram identificadas no trabalho como PopRua A, B e C. Ressalto ainda, que essas entrevistas foram conduzidas durante visitas ao Centro Pop Brasília e em outras oportunidades de encontro com essa população nas próprias ruas.

O segundo grupo estudado foi composto pelos membros do MNPR – DF, com o intuito de compreender quais formas e ferramentas essa organização utiliza para interagir tanto na esfera pública, quanto com as pessoas em situação de rua. Para este grupo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujas questões foram elaboradas com base nos objetivos específicos 1, 2 e 3. Dessa forma, o roteiro incluiu questões que abordaram a história do Movimento no DF, a perspectiva de militância, organização e estruturação, formas de atuação entre outras questões. O contato com os militantes ocorreu por videochamada, foram entrevistados três dos quatro membros da coordenação, estes foram identificados como Militantes MNPR-DF 1, 2 e 3.

Por fim, o terceiro grupo foi composto por agentes públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, com o objetivo de analisar e compreender sua relação com o Movimento, considerando que eles desempenham funções de execução e tomada de decisão nas ações relacionadas à implementação de políticas públicas de garantia dos direitos socioassistenciais.

Também foi realizada entrevista semiestruturada, as questões foram elaboradas com base nos objetivos 2 e 3 da pesquisa, buscando compreender de forma sucinta, as atribuições dos servidores e suas percepções sobre o Movimento. O contato foi estabelecido via WhatsApp e o entrevistado foi identificado no trabalho como Servidor Sedes.

Ressalta-se ainda que nenhuma informação pessoal dos entrevistados foi divulgada, garantindo o anonimato conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os roteiros utilizados nas entrevistas estão disponíveis na seção de apêndices deste trabalho. Por fim, a partir das respostas obtidas a análise se deu por meio da técnica de análise de conteúdo.

Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa utilizada para analisar e interpretar informações presentes em documentos e discursos, abrangendo diversas formas de linguagem e comunicação. Normalmente esses dados podem ser obtidos por meio de entrevistas, depoimentos ou perguntas (SEVERINO, 2013).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de comunicação que utiliza métodos objetivos e sistemáticos para descrever e interpretar o conteúdo das mensagens. Seu principal objetivo é inferir os conhecimentos presentes na produção e recepção dessas mensagens, utilizando indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos (BARDIN, 1977, p. 38).

Nesse sentido, a partir dos dados coletados ao longo deste trabalho, foram realizadas análises de conteúdo. Primeiramente, os dados foram organizados e sistematizados de forma a facilitar a análise com base nos objetivos da pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo foi organizado a partir dos três objetivos específicos, a fim de sistematizar os resultados alcançados. Partindo desse pressuposto, a primeira subseção tratará a respeito da interação do Movimento com a população em situação de rua, enquanto na segunda sobre a interação com a SEDES, por fim, na terceira subseção, serão apontados os efeitos da construção coletiva sob o contexto dos grupos analisados.

4.1 Interação do Movimento com a População em Situação de Rua

Considerando o cenário de vulnerabilidade social e violação de direitos em que a população em situação de rua está inserida, especialmente no âmbito do Distrito Federal, o papel do Movimento Nacional da População de Rua do DF se mostra fundamental para reivindicar e lutar pelos direitos desse grupo, frente à complexidade das condições em que essas pessoas vivem. Diante disso, buscando responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que consiste em identificar as estratégias de interação do MNPR-DF com a população em situação de rua, assim como os espaços utilizados para a ação coletiva, a análise desse capítulo se deu das seguintes formas.

Primeiramente foi necessário compreender quais são os direitos da população em situação de rua e os instrumentos normativos que os garantem. Em seguida, busquei compreender os principais tipos de violações de direitos aos quais essa população está mais exposta em seu cotidiano. Para compreender essas questões, esta etapa da pesquisa envolveu uma análise sobre o contexto da população em situação de rua, por meio do estudo de artigos, textos acadêmicos, dissertações, legislações, normativas e outros documentos relevantes sobre o tema.

Além disso, para compreender como essas questões se manifestam na prática, foi necessário realizar uma imersão no campo, onde foi possível ter um contato mais direto com pessoas em situação de rua em seus espaços de convivência. Outra etapa fundamental para a construção dessa análise, foi compreender a concepção de direitos que a população em situação de rua possui e sua percepção com relação à

atuação do MNPR-DF. Esse entendimento foi construído por meio da observação da oficina no Centro Pop Brasília e das entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua.

Ainda, nessa fase também foi essencial analisar as dinâmicas de interação entre o MNPR e a população em situação de rua no Distrito Federal. Para isso, foi realizada a observação participante nos espaços onde ambos estavam presentes, além de entrevistar militantes do movimento.

A realidade de viver em situação de rua, ou melhor, sobreviver a essa condição, já representa uma grave violação de direitos humanos. A somatória de diversas vulnerabilidades e fragilidades aprofundam ainda o processo de exclusão social, tornando mais difícil a vida dessas pessoas. Os referenciais teóricos apresentados sobre a população em situação de rua e os instrumentos legais que asseguram os direitos dessa população, fornecem uma base para compreender o cenário e os desafios impostos pelas violações desses direitos.

Outra questão relevante a ser abordada diz respeito à concepção que as pessoas em situação de rua têm sobre seus próprios direitos. Durante minha pesquisa, pude observar essa percepção em diferentes momentos.

Como em uma das minhas visitas ao Centro Pop de Brasília, no dia 05/10/2023, onde acompanhei a oficina participativa sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF. Nesse evento, as pessoas em situação de rua presentes tiveram a oportunidade de se manifestar e contribuir com suas perspectivas sobre sua relação com o território. No entanto, pude observar que além do tema central da oficina, muitos participantes aproveitaram aquele espaço para reivindicar outras questões, sobretudo a falta de seguridade de outros direitos.

A maioria das pessoas que tiveram oportunidade de falar no evento apontou a questão da falta de moradia, emprego e renda. Também houve reivindicações de oportunidades para saída das ruas, temas como violência invisibilidade, marginalização e respeito também foram pautados na oficina (Trecho do Diário de Campo 05/10/2023)

Em outros momentos da pesquisa, também pude compreender a percepção de algumas pessoas em situação de rua sobre seus direitos. Durante as três entrevistas realizadas com esses atores, perguntei aos entrevistados como eles

compreendiam seus direitos e como enxergam a atuação do Estado na garantia deles. As respostas foram as seguintes:

[...] A gente passa muita violência na rua, a gente também tem direito de ter casa, emprego. Mas a gente precisa de ajuda, precisa de cursos, de oficinas para estudar, a gente precisa de oportunidade. (PopRua A- Entrevista realizada no Centro Pop Brasília)

[...] Eu tenho direito de ter emprego, a gente pode ter promoção de emprego aqui no Pop. (PopRua B- Entrevista realizada no Centro Pop Brasília)

[...] Eu quero sair das ruas, eu tenho direito a ter moradia, trabalho, saúde e assistência do governo, mas infelizmente isso não funciona na prática, quem ajuda a gente são as ongs, mas não resolve o problema. (PopRua C- Entrevista realizada nas ruas da Asa Norte)

A partir das informações coletadas ao longo da pesquisa e das falas apresentadas, foi possível perceber que a população em situação de rua tem consciência de seus direitos, ainda que não possua um conhecimento técnico sobre todos eles. De maneira geral, destacam principalmente a necessidade de moradia, emprego, assistência social, respeito, segurança e acesso à saúde.

Nesse contexto, dialogando com a perspectiva dos autores Costa e Júnior (2024), que apontam o MNPR como um instrumento fundamental na luta e defesa dos direitos da população em situação de rua, apresentarei a seguir os resultados da pesquisa com base no primeiro objetivo específico.

Com relação a interação do Movimento com a população em situação de rua, foi possível identificar que os coordenadores do MNPR-DF, recorrem principalmente às ruas e aos Centros Pops para estabelecer diálogos com as pessoas em situação de rua, buscando promover debates a acerca dos direitos, serviços socioassistenciais, participação política, políticas públicas etc. Essa interação é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento da identidade dessas pessoas como sujeitos de direitos. Esse processo está em concordância com a perspectiva de Costa e Leite Júnior (2024), que destacam que nesses espaços de interação e construção coletiva, as pessoas em situação de rua aprendem, lutam, adquirem conhecimento e passam a se reconhecer dentro da pauta.

Além dessa atuação, o Movimento, também presta acompanhamento e suporte técnico a essas pessoas, para garantir o acesso às políticas públicas e aos serviços direcionados ao grupo.

Essas constatações são fundamentadas através do relato do entrevistado 1, onde ele afirma que o Movimento garante acesso às políticas públicas, assim como oferece respaldo e orientação, para que essas pessoas tenham informações e compreendam seus direitos.

[...] A partir do momento que a gente acolhe, a gente vai até o fim. Estamos mudando esse contexto, né! Com o aumento da população, agora é passar a ter mais visibilidade, a gente tá sempre brigando pelos espaços, faz acampamentos, faz tudo que for preciso. (Militante MNPR-DF 1)

Com relação aos espaços utilizados para a ação coletiva, atualmente o Movimento não possui uma base, portanto, utiliza o próprio território para promover essa interação. Além disso, quando ocorre algum evento ou ação direcionada a esse grupo, eles vão ao encontro dessas pessoas para incentivar a participação.

[...] nós sempre vamos até essas pessoas, sempre vamos nos territórios, fazemos sempre busca ativa, quando tem um evento a gente vai lá, e convida eles. E aí quando a gente consegue o transporte a gente faz aquele papel de buscar no território e depois trazer de volta. (Militante do MNPR-DF 1)

Além desses aspectos, foi possível constatar também que os militantes estão usufruindo desses espaços de participação (audiências públicas, centros pops, conferências, seminários, a própria rua), para discutir sobre temas como o respeito, dignidade e invisibilidade, participação, violência, direitos, superação da rua, entre outros assuntos.

[...] o meu povo que está na situação de rua, são resistência. Porque a gente resiste todos os dias a violências, preconceitos, discriminações, desigualdade. Todos os dias a gente resiste a isso. Dinheiro, transferência de renda pode nos ajudar. Mas eu vou falar para vocês que a gente não quer esmola. A gente quer ter dignidade. A gente quer ter trabalho. A gente quer poder escolher o que vamos comer. A gente quer escolher onde vamos morar. A gente quer escolher isso. Sabe por quê? Porque a gente tem cérebro também. A gente também é ser humano como os outros. A gente pensa como todo mundo. Entendeu? Só que faltam oportunidades. Falta oportunidade de dignidade. (Fala da Militante do MNPR-DF em uma Audiência Pública)

Em diálogo com essas questões apresentadas, em uma audiência pública sobre o fenômeno da população em situação de rua, realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), os militantes do MNPR-DF destacaram

algumas dificuldades enfrentadas para mobilizar e engajar essas pessoas em eventos e atividades voltadas a elas. Essas dificuldades decorrem, sobretudo do contexto de extrema vulnerabilidade em que estão inseridas, uma vez que muitas possuem uma dependência contínua dos serviços para suprir necessidades básicas, como alimentação e higiene. Como resultado disso, a participação da população em situação de rua torna-se de certa forma desafiadora, pois questões mais urgentes, como onde comer, beber e dormir, acabam sendo prioritárias.

Cientes dessa realidade, os militantes tentam buscar estratégias para minimizar essas barreiras e garantir maior acessibilidade, como a oferta de alimentação durante os encontros e a garantia de condições para que essas pessoas tenham acesso a espaços institucionais de forma respeitosa e compatível com suas realidades. Essa abordagem demonstra o compromisso do MNPR com a inclusão, garantindo que a população em situação de rua ocupe espaços de debate sobre suas próprias demandas e fortaleça seu protagonismo.

[...] Nada para nós sem nós. Não adianta falar de mim sem mim. Não adianta, não vai resolver meu problema, vocês não sabem o que eu preciso. Só eu sei o que eu preciso. Só as pessoas que estão em situação de rua, que passam pelo sofrimento todo dia nas ruas é que sabem o que elas precisam. Vocês podem nos ajudar a articular a política, mas só quem vai poder dizer sobre nós, somos nós. (Fala da Militante do MNPR-DF em uma Audiência Pública)

Considerando todas as informações apresentadas, foi possível compreender que a participação e a construção coletiva envolvendo pessoas com trajetória de rua promovem a emancipação social e política. A partir do momento que essas pessoas tomam consciência de sua vulnerabilidade, dos direitos que possuem e das violações que enfrentam, bem como das políticas públicas que deveriam garantir esses direitos, elas podem buscar caminhos e instrumentos para reivindicá-los.

Ainda, a participação da PopRua nesses processos reafirma sua existência como sujeitos conscientes e críticos, dispostos a ocupar seus espaços de fala, transformar suas realidades e compartilhar seus saberes e experiências sobre a vida nas ruas (ZANELLA; SICARI, 2020). Esse processo de conscientização fortalece a posição dessas pessoas na sociedade e incentiva sua participação na luta pela garantia de direitos. Mesmo que não sejam militantes do movimento, ainda assim podem, por exemplo, denunciar violações, relatar problemas nos serviços aos próprios

militantes, que, por sua vez, podem tomar medidas para buscar soluções e garantir a efetivação desses direitos.

Análogo a isso, o MNPR, busca justamente fazer essa ponte de diálogo e conhecimento para as pessoas em situação de rua, permitindo que elas reivindiquem seus direitos e expressem suas próprias necessidades. Afinal, como é tratado na cartilha de formação política para as pessoas em situação de rua, é preciso conhecer para lutar (2010). À luz dessas observações, foi possível constatar, que o Movimento busca incentivar o envolvimento e o protagonismo das pessoas em situação de rua, utilizando o território como um espaço de interação e construção coletiva, buscando construir diálogos para a promoção e garantia dos direitos alinhando-se à perspectiva de Sicari e Zanella (2020), que destacam que o MNPR defende a inclusão das pessoas em situação de rua em qualquer debate que lhes diga respeito, seguindo o lema "Nada sobre nós, sem nós", reafirmando seu protagonismo na formulação de políticas e ações voltadas a essa população.

4.2 Interação do Movimento com a SEDES

Conforme discutido ao longo desta pesquisa, o Governo, em todas as suas esferas, desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua. Conforme mencionado, existem instrumentos legais e normativos que asseguram esses direitos, tais como a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a Política Nacional de Assistência Social. Esses marcos abriram caminho para a criação e implementação de políticas públicas direcionadas a esse grupo.

Diante desse contexto, para responder ao segundo objetivo específico desta pesquisa, que consiste em compreender como o Movimento atua e quais instrumentos utiliza para interagir com os atores públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. A sede é responsável por executar grande parte das ações e serviços previstos tanto na Política Nacional para a População em Situação de Rua quanto na Política Nacional de Assistência Social. Essa centralidade da secretaria na execução de políticas públicas justifica a escolha dessa instituição como foco de

análise, uma vez que sua atuação é determinante para a efetivação dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua.

Para construir a análise deste capítulo, foi necessário primeiramente, compreender os instrumentos legais que norteiam a pesquisa, assim como a atuação da Sedes frente aos serviços oferecidos a essa população. Isso envolveu um aprofundamento nas normativas vigentes e uma análise de como esses serviços deveriam funcionar no plano das normas, comparando com a prática observada.

Retomando a discussão apresentada no referencial teórico de Medeiros (2020), sobre a rede de serviços específicos à população em situação de rua no contexto do Sistema Único de Assistência Social, é importante destacar que esses serviços funcionam como a principal “porta de entrada” para o acesso dessa população às políticas sociais. Nesses espaços, as pessoas em situação de rua podem acessar serviços que atendam suas demandas emergenciais, como encaminhamentos para preparação de documentos, consultas e tratamentos de saúde, cursos profissionalizantes, entre outros (MEDEIROS, 2020).

É importante levar em consideração que a população em situação de rua é atendida em diversos equipamentos socioassistenciais que compõem o SUAS. No entanto, alguns desses serviços são especificamente voltados a esse público, conforme definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS). Esta pesquisa se restringe à análise desses serviços destinados preferencialmente à população em situação de rua, tais como os Centros de Referência Especializados para População de Rua (Centro POP), o Serviço Especializado em Abordagem Social, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o acolhimento institucional para essa população.

No contexto do Distrito Federal, é relevante destacar a estrutura dos serviços voltados à população em situação de rua. Os dois Centros de Referência Especializados para População de Rua (Centro Pop Brasília e Taguatinga) juntos possuem capacidade para atender cerca de 250 pessoas por dia. Segundo informações da Sedes (2024), são oferecidos nesses locais atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social. Além disso, os usuários têm acesso a espaços para guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação (café da manhã,

almoço e lanche), além do atendimento socioassistencial que orienta sobre acesso a direitos, serviços, programas e benefícios (SEDES, 2024).

O Serviço Especializado em Abordagem Social, segundo a Sedes, atende pessoas em situação de rua nos espaços públicos e realiza ações para identificar situações de risco social e pessoal, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outros. O atendimento busca a inserção das pessoas na Política de Assistência Social e demais políticas públicas do Estado, operando todos os dias da semana. Atualmente, o serviço é executado pelo Instituto Ipês uma Organização da Sociedade Civil, que conta com 26 equipes distribuídas por todo o território do Distrito Federal (Sedes, 2024).

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social são unidades públicas que atendem indivíduos e famílias em situações de violência ou violação de direitos. Segundo a Sedes (2024), esses serviços acolhem, fortalecem vínculos familiares e comunitários, fornecem orientações sobre direitos e facilitam o acesso a outros serviços, benefícios e programas. As atividades desenvolvidas no CREAS são articuladas com a rede de assistência social, órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas. O atendimento pode se dar por meio de encaminhamento da rede socioassistencial e de outras políticas públicas integrantes do sistema de defesa de direitos. Por estar em constante condição de violação de direitos, a PopRua pode procurar o serviço diretamente nas unidades.

Por fim, com relação ao acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, a SEDES oferece acolhimento provisório às pessoas em situação de rua e desabrigo, buscando garantir condições de estadia, convívio e endereço de referência. O serviço pode ser ofertado nas modalidades Abrigo Institucional e Casa de Passagem, atualmente a rede conta com cerca de 620 vagas. Para acessar ao acolhimento o indivíduo pode procurar os serviços mencionados acima, que eles providenciarão o atendimento e o pedido da vaga no serviço de acolhimento (SEDES, 2024)

A pesquisa realizada pelo IPEDF (2022) localizou cerca de 2.938 pessoas em situação de rua. No entanto, segundo notícias mais recentes, apontam que existem aproximadamente 8.621 pessoas vivendo em situação de rua no Distrito Federal. Ao considerar esses dados, em conjunto com a estrutura atual da rede de atendimento e

a oferta de vagas de acolhimento, fica evidente que a capacidade da secretaria é insuficiente para atender plenamente essa população.

Nesse contexto, o MNPR-DF desempenha um papel fundamental para articular com a secretaria para garantir que os direitos da população em situação de rua sejam efetivados, assim como os serviços funcionem e atendam às demandas dessas pessoas.

[...] Nós lutamos por políticas públicas sociais, onde a política não chega para a população, de vulnerabilidade social, ou até menos de extrema pobreza, onde nós entramos com o decreto a qual que nos dá direito e autoridade para lutar.

Uma política justa e concreta para aquela pessoa que se encontra lá, desassistida pelo assistente social, pelos direitos humanos, até mesmo pelo CREAS, o CRAS e até mesmo pelo Centro Pop, a qual nós lutamos, e é direito daquela população. Entendeu?

Trazendo dignidade para quem estava sendo desassistido. É por isso que surgiu o movimento, para lutar e apoiar aquela pessoa que está fora das políticas, né?

A política pública que todo mundo fala, existe hoje para todo mundo, né?

Mas, no fundo, no fundo, essas políticas públicas só existem na boca de algumas pessoas. Para elas serem geradas, nós temos que executar a política, ser executor." (Militante MNPR-DF 2)

A seguir serão apresentadas as estratégias de interação que o MNPR-DF adota para articular com os atores públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

Observou-se que o MNPR-DF busca estar presente em todos os espaços institucionalizados relevantes para as demandas da população em situação de rua, sobretudo em espaços de diálogo com a Sedes. Mesmo quando a participação de todos os membros não é possível, o movimento se organiza e se divide para assegurar contribuir e representar os interesses do grupo. Ademais, foi possível constatar também, que além da interação nos espaços institucionalizados que promovem a participação política desses atores (conferências de assistência social, audiências públicas, seminários e conselhos e outros), existe um canal de comunicação para além dessas arenas.

[...] Uma coisa que eu sempre faço questão em nossa gestão é que haja diálogo, que haja escuta e, por isso, eu tenho bastante orgulho que a nossa gestão tem feito um bom diálogo com os órgãos de controle e, principalmente, com a população. Eu fico muito feliz nessa oportunidade de estarmos aqui hoje. Queria fazer um cumprimento especial à coordenadora do MNPR-DF. Tenho bastante carinho e respeito pela sua história, assim como eu tenho respeito pela história de cada um que está aqui e daqueles que hoje estão em situação de rua.

Concordo plenamente com ela, que ninguém está nas ruas porque quer. Então nós estamos aqui tratando de uma questão muito mais estrutural do que se pensa. É uma desigualdade social latente que a Secretaria de Desenvolvimento Social, o governo como um todo, precisa trabalhar de forma conjunta e integrada para que a gente consiga reduzir a desigualdade social. (Fala da secretária da Sedes em uma audiência pública)

No entanto, foi possível observar que fora desses espaços, essa interação ocorre de forma pontual, a partir de demandas específicas. Segundo os militantes, a medida em que são acionados pela população em situação de rua, eles realizam contato com os servidores da Sedes, principalmente nos CentroPops e CREAS. Na maioria das vezes, esse diálogo ocorre com os servidores que estão na ponta dos serviços da secretaria (psicólogos, técnicos de assistências, gestores do CRAS e CREAS, servidores dos centros pops), todavia, se necessário recorrem à gestão.

Esse canal de diálogo aberto entre o movimento e a secretaria, reflete de certo modo uma proximidade com o governo, o que possibilita a construção de repertórios estratégicos de atuação a partir desse contexto político, dialogando com a perspectiva de Tarrow (2009).

A vista disso, com base nos fatos relatados, observa-se que o movimento adota estratégias de participação institucionalizada para influenciar decisões relacionadas às políticas e serviços para a população em situação de rua, especialmente no âmbito da assistência social, alinhando-se às reflexões de Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Eles também adotam a política de proximidade enquanto estratégia de interação, dessa forma utilizam sua posição como um recurso estratégico de atuação, onde por meio dessa intermediação conseguem viabilizar o atendimento das demandas da população em situação de rua, características também identificadas pelas autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

Analogamente, o MNPR-DF também informou que quando o diálogo com a Sedes não surte efeito, eles recorrem a outras formas de mobilização, como protestos, passeatas, acampamentos e denúncias em diferentes instâncias, como nos conselhos, nos ministérios e defensorias públicas. Um dos militantes relatou um caso em que, diante da falta de resposta da secretaria sobre as condições precárias das instalações do Centro Pop Brasília, o movimento acampou em frente à SEDES para reivindicar reformas na unidade. Segundo o relato, após um longo período de diálogo e denúncias sobre a manipulação do espaço, sem que houvesse qualquer mobilização para melhorias, a ocupação foi utilizada como estratégia de pressão, esse processo

também foi observado pelas autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Segundo elas, quando o governo é menos permeável às demandas dos movimentos, os protestos podem ser utilizados estrategicamente para abrir ou reestabelecer negociações, como foi o caso desse exemplo.

Outra estratégia já adotada pelo movimento foi se inserir como trabalhadores dos serviços socioassistenciais. Os militantes do MNPR-DF 1 e 3 mencionaram que, em um período de maior proximidade com a secretaria e com o governo do DF, eles atuavam no Serviço Especializado em Abordagem Social. Durante esse tempo, além de exercerem suas funções junto à política de assistência social, também aproveitaram a oportunidade para mobilizar e engajar as pessoas atendidas na militância. Em uma das entrevistas, um dos militantes detalhou como esse trabalho acontecia.

[...] a gente ia às 5 horas da manhã para a porta do Na Hora fazer 20 identidades, mas a gente tinha ali aquela ajuda de custo que nos garantia fazer essa militância, né? Eu acho que foi um dos momentos mais fortes do movimento no DF, né? Eu fui trabalhar na abordagem oficial e fiquei três anos trabalhando." (Militante MNPR-DF 3)

Com base nas informações apresentadas, foi possível notar que o MNPR-DF já teve uma relação mais próxima com o Governo do Distrito Federal. Nesse contexto, militantes do movimento ocuparam cargos nos serviços da secretaria, o que lhes permitiu avançar em seus objetivos na militância e contribuir com o serviço de abordagem social. A ocupação de cargos na burocracia também é um repertório de interação analisado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014). As autoras apontam que essa estratégia se torna mais comum quando os governos são percebidos como aliados dos movimentos sociais. Além disso, destacam que sua adoção pode gerar efeitos de retroalimentação, influenciando outras rotinas de interação (ABERS, SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Ainda, ao longo da pesquisa, foi possível observar que o MNPR-DF utiliza um instrumento para facilitar a comunicação e a articulação entre seus membros e parceiros. Essa ferramenta consiste na utilização de um grupo no WhatsApp, intitulado “Fórum e Parceiros do MNPR-DF”. Esse grupo reúne diversos atores, incluindo organizações da sociedade civil, representantes governamentais e outros parceiros do movimento, criando um canal aberto para discussões e ações coletivas. Por meio desse espaço são tratadas diversas demandas, desde denúncias de violações de

direitos até a organização de participações em eventos, entre outras iniciativas relevantes para a causa. Os militantes pontuaram que esse canal facilita a atuação deles, tendo em vista que o núcleo do Distrito Federal é relativamente pequeno, sobretudo quando considerado a proporção e a complexidade da população em situação de rua no DF.

Esse espaço de interação também serve como uma ferramenta para informar os participantes do grupo sobre as ações em andamento, esclarecer dúvidas e mobilizar pessoas que possam contribuir com as questões levantadas. De acordo com a fala do militante do MNPR-DF, nesse ambiente denunciam violações de direitos e constroem políticas públicas para a população em situação de rua. O grupo no WhatsApp também é utilizado pelos militantes para acionar parceiros estratégicos, como deputados, defensores públicos e outros atores relevantes, para pressionar e cobrar a Secretaria de Desenvolvimento Social e outras instâncias governamentais sobre as demandas da população em situação de rua.

Esse instrumento também foi identificado como uma ferramenta estratégica que auxilia o MNPR-DF na definição dos repertórios de interação diante de determinadas demandas. Um exemplo disso ocorre quando surgem denúncias nos serviços de assistência, a partir dessas denúncias os militantes conseguem acionar deputados, Ministério Público, Defensoria Pública e outras instâncias para intermediar reuniões com a secretaria, encaminhar ofícios ou a depender da articulação interna do grupo, mobilizar ações de protestos.

Além de possibilitar a adoção de diferentes estratégias, esse instrumento permitiu ao movimento estruturar melhor suas ações, fortalecendo sua política de proximidade com atores que podem incidir nas políticas e serviços da Sedes. Dessa forma, as estratégias de atuação do MNPR-DF se tornaram mais dinâmicas e capazes de responder de maneira específica a cada questão apresentada. Isso dialoga com a perspectiva de Charles Tilly, segundo a qual, além do contexto político favorável ou não à ação coletiva, os movimentos sociais precisam criar ou se apropriar de repertórios para alcançar seus objetivos (ALONSO, 2012).

Já sobre a perspectiva da assistência social, foi possível notar que a Sedes no âmbito da gestão dos serviços de proteção social para a população em situação de rua, costuma inicialmente desenvolver a política ou discutir a respeito de um serviço, e ao final dessa construção a proposta é apresentada ao Movimento e a

alguns usuários, com o objetivo de ter a opinião e a participação dessas pessoas nesse processo. Ou seja, quando uma proposta está para ser implantada, eles costumam apresentar a esses grupos, de maneira que essas pessoas possam expressar suas opiniões e constatar se o projeto atende às especificidades e demandas do grupo.

O entrevistado servidor da Sedes cita o desenvolvimento de fluxos de trabalho intersetorial envolvendo outros órgãos e secretarias. Segundo ele, a secretaria está trabalhando nesse projeto e ao final dessa elaboração, essa proposta será apresentada ao MNPR e à população em situação de rua para apresentarem suas sugestões e contribuições.

Com base nessas informações, é possível identificar uma lacuna no diálogo entre a gestão dos serviços da Sedes e o MNPR-DF. Conforme observado, a secretaria inicialmente desenvolve a política ou o serviço e apenas posteriormente, repassa as informações ao movimento, ou seja, o movimento não participa integralmente do processo da construção das políticas e projetos voltados à população em situação de rua.

Diante desse cenário, o movimento tende a recorrer a outras estratégias para influenciar nessa etapa da política pública. Para isso, conforme observado por Tatagiba e Teixeira (2005), o movimento precisa estabelecer articulações tanto dentro quanto fora dos canais institucionais de participação, além de dialogar com outros atores, a fim de garantir uma participação mais ampla em todo processo da política pública.

Dialogando com o conceito de repertório de interação apresentado pelas autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014), foi possível identificar estratégias utilizadas pelo MNPR-DF por meio de ações que possibilitam participação dentro e fora das instituições do Estado. Nesse sentido, observou-se que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Distrito Federal, busca estabelecer diálogos com a Secretária de Desenvolvimento Social, a partir de diferentes tipos de repertórios de interação, com a finalidade de promover, monitorar e reivindicar políticas públicas, além de exercer controle e fiscalização sobre as ações e serviços voltados à população em situação de rua.

Após a apresentação dos dados e resultados da sessão, em diálogo com o conceito de repertórios de interação proposto por Abers, Serafim e Tatagiba (2014),

foi elaborado um quadro com o objetivo de sistematizar as situações em que foram identificadas as formas de repertórios de interação descritas pelas autoras.

Quadro 1 - REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO UTILIZADO PELO MOVIMENTOS NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NÚCLEO DO DISTRITO FEDERAL

Repertório de interação	Repertórios identificados ao longo da Pesquisa
Protestos e ações diretas	O MNPR-DF utilizou estratégias de protestos e ações diretas para reivindicar direitos e contestar decisões da secretaria. Segundo os militantes entrevistados, o movimento chegou a acampar em frente à Sedes reivindicando melhorias no Centro Pop Brasília.
Participação institucionalizada	O MNPR-DF tem buscado estar presente nos espaços de participação institucional, como as conferências distritais de assistência social, conselhos, audiências públicas e outros. Além disso, alguns membros do movimento fazem parte do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do DF.
Política de proximidade	Como interlocutor reconhecido, os militantes conseguem acessar os servidores da ponta e da gestão dos serviços das Sedes de maneira mais fácil para atender as demandas da população em situação de rua. Além disso, o movimento mantém um fórum com seus principais parceiros, utilizando esse espaço para fortalecer a proximidade e aprimorar o diálogo. Ainda, foi possível observar uma relação de proximidade com deputados federais e distritais os quais eles acionam quando precisam reforçar suas reivindicações sobre os serviços da Sedes.
Ocupação de cargos na burocracia	Os militantes do movimento já trabalharam no SEAS desempenhando funções na abordagem social e na

	militância.
--	-------------

Fonte: elaborado pela autora.

4.3 Efeitos da Construção Coletiva

O engajamento dos atores envolvidos no processo de construção e reestruturação da política para população de rua, produz efeitos que são observados na estruturação da ação coletiva, na qualidade dos serviços ofertados, e na emancipação social desse grupo. Diante dessa análise, citaremos nesta sessão alguns efeitos da construção coletiva, a partir da perspectiva do que se foi observado ao longo da pesquisa, sob a ótica da população em situação de rua, do Movimento e da Secretaria.

Com relação à população em situação de rua, foi possível constatar dois principais efeitos da atuação MNPR-DF, sendo eles a representatividade e a emancipação social dos indivíduos. Melo (2015), nesse sentido, apontou que a existência do movimento reflete a criação de um espaço de fala e o reconhecimento dessas pessoas como interlocutores legítimos no campo das disputas políticas e das questões relacionadas à vida em situação de rua.

A atuação do MNPR-DF produz efeitos relevantes para a população em situação de rua, uma vez que os espaços ocupados por eles buscam traduzir e dar visibilidade às lutas e as demandas desse grupo. Além disso, o movimento busca incentivar sempre que possível a participação e a presença da população em situação de rua nos espaços de diálogos, ao mesmo tempo que se posiciona como seu interlocutor, garantindo que seus direitos sejam reconhecidos e suas necessidades atendidas. Essas constatações podem ser observadas nas falas dos entrevistados abaixo:

[...] Eu conheço o movimento, eles vêm aqui no Pop, escuta e ajuda a gente quando alguma coisa aqui não tá certa. Eu mesmo tava sem receber o prato cheio, porque tava com problema no cadastro e eles me ajudaram (PopRua A- Entrevista realizada no Centro Pop Brasília)

[...] o movimento vem se mobilizando e pressionando dentro do Estado, dentro de Brasília, inclusive junto ao governador e vários parlamentares, para garantir que essa política pública seja executada e não fique apenas no papel. Entendeu?

Essa é a ação, essa é a demanda do movimento: gerar uma política pública verdadeira, genuína, que transforme a história do cidadão. Onde ele não tem uma habitação, nós lutamos pela habitação. Onde ele não está sendo assistido para tirar um documento, nós lutamos para que ele consiga esse documento. Onde ele não está sendo atendido em um posto de saúde porque está sujo, porque está bêbado ou por qualquer outro motivo, nós lutamos para que ele seja atendido. Esse é o ponto-chave do movimento: buscar e garantir os direitos dele.

(Militante do MNPR - DF 2)

[...] Não sou de chorar, mas quando eu vejo o meu povo sendo incluído. Eu venho clamando há muito tempo para que essa inclusão aconteça, para que o meu povo tenha direito à moradia digna, tenha direito a viver na sociedade sem ser higienizado, sem ser arrancado dos seus lugares à força, sem ser cuspidor, sem ser enxotado, sem ser espancado, sem ser maltratado, sem ser torturado, para que se encerre esse ciclo vicioso que é a vida nas ruas de vários e vários anos. (Militante do MNPR - DF 3)

Segundo Costa e Junior (2024) o movimento é a voz da luta nas ruas, essa perspectiva pode ser observada a partir das análises das entrevistas e observação dos eventos e ações acompanhados, onde foi possível observar semelhanças nos discursos das pessoas em situação de rua e dos membros do MNPR, em grande maioria, levantaram questões sobre a necessidade de políticas públicas de moradia, serviços socioassistenciais efetivos, trabalho (visando a capacitação e direcionamento ao mercado), saúde (principalmente, saúde mental), educação e segurança.

Ainda, sobre a emancipação social da população em situação de rua, o MNPR-DF tem buscado também construir diálogos com essas pessoas, com o intuito de difundir o conhecimento acerca dos direitos, das políticas públicas, serviços e participação política. Essa ação do movimento é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento da identidade dessas pessoas, enquanto sujeitos de direitos. Esse processo dialoga com a perspectiva de Costa e Leite Júnior (2024), que destacam como o movimento contribui para que as pessoas em situação de rua possam se engajar na luta, seja unindo-se ao movimento ou denunciando violações de direitos, para que os militantes possam agir a partir dessas denúncias.

Esses fenômenos também foram observados pela autora Lima (2018), que destaca que a atuação política das pessoas em situação de rua, enquanto movimento social, permite que outras pessoas desse grupo percebam sua capacidade de assumir posicionamentos como cidadãos ativos na sociedade e que devem ser reconhecidos e respeitados.

Os efeitos da construção coletiva, podem ser observados também na própria vida pessoal dos membros do Movimento, a partir dos relatos dos entrevistados, foi

possível constatar que a militância, contribuiu ainda mais com o desejo da superação da vida nas ruas, além de promover o amadurecimento e empoderamento político, onde essas pessoas foram ocupando espaços e buscando conhecimento para dar ainda mais visibilidade no assunto.

*[...] Ser coordenadora desse movimento e discutir política pública para o meu povo e lutar para que eles sejam vistos igual eu sou vista hoje. Não só por ser uma mulher pública, mas o respeito que, graças a Deus, eu consegui com os parceiros que foram muito importantes na minha jornada para poder conseguir o respeito para esse movimento e para conseguir levar a população na situação de rua para a visibilidade social
Porque enquanto eu respirar, eu vou lutar pelo meu povo... (Militante do MNPR- DF 3)*

[...] eu iniciei na militância após alguns direitos violados quando eu tava fazendo tratamento no CAPS. Eu via as dificuldades em ser um militante, alguém de luta, por conta da cor, do conhecimento e do grau de ensino. Então muitas vezes eu esbarrei em pessoas que me julgavam perguntando se eu era estudado ou alguma coisa nesse sentido, quem era eu para falar daquela forma, então cada vez que eu passava por isso, eu me alimentava com vontade ainda de manter. Eu sabia que eu tava incomodando e no caminho certo. E aí eu passei a estudar, né. Eu agora tô tentando uma bolsa de estudo para fazer a faculdade. (Militante do MNPR- DF 1)

[...] Então hoje eu tô, como se diz, eu tô feliz, tô suave, eu não tenho medo, eu não vejo situações como um problema, eu vejo como obstáculo em que precisa de ser vencido.

Quando chegou agora nessa época em 2020 pra cá, 2021, quando o movimento cresceu, ele cresceu de repente, tinha muita gente, mas com a peneira da vida, essas pessoas foram caindo aos poucos e se resumiu essas pessoas que pensam igual, brigava igual e não se importava com o lucro ou dinheiro, e sim pela... construção daquela política.

Mal eles sabem que se não planta, não colhe. Então, assim, hoje eu sou militante, eu não tenho, em nenhum momento tenho desejo de parar com essa luta, inclusive eu penso até em ampliar ela, né.

Mais ainda, intensificando, então eu vou concorrer mais ainda a posições sociais, que é conselho de saúde, conselho de educação.

Então, assim, eu estou trabalhando hoje de uma forma que eu nunca imaginei. Eu estava rasgando lixo num tempo desse. Agora eu estou aqui discutindo política pública, confrontando o Estado, confrontando o sistema e fazer parte desse grupo, desse grupo de luta. que é o MNPR me ressignificou como pessoa, né? (Militante do MNPR- DF 2)

Esse processo de empoderamento e amadurecimento político também foi observado por Sicari e Zanella (2018). Segundo as autoras, para os militantes do MNPR, ocupar espaços, institucionalizar-se e militar, possibilitou novas formas de se posicionarem frente à sociedade. Diante dessas informações, compreende-se que o envolvimento dessas pessoas nas mobilizações e atuações políticas, também funcionou como um instrumento de resgate de autoestima e de cidadania, transformando suas vidas para além das ruas.

Por fim, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, a ação coletiva do MNPR-DF teve um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos socioassistenciais das pessoas em situação de rua, alcançando avanços significativos. Um exemplo disso foi a realização do Censo da População em Situação de Rua do DF em 2022, fruto de muita pressão e articulação do movimento.

Atualmente, a secretaria deu início a um novo levantamento, e os militantes do MNPR-DF têm participado ativamente do processo, contribuindo para a capacitação dos supervisores da pesquisa e fiscalizando a execução do projeto.

O movimento também tem pressionado e cobrado a secretaria em relação a articulação e execução do programa Moradia Primeiro. Essa política propõe uma mudança na abordagem tradicional de atendimento à população em situação de rua, invertendo a lógica da intervenção “em escada”, em que a moradia permanente e individualizada é entendida como último “degrau” do atendimento à população em situação de rua (IPEDF, 2022). Segundo os militantes, essa é uma demanda central dos direitos humanos, pois parte do princípio de que toda pessoa em situação de rua deve ser incluída primeiramente em políticas habitacionais.

Além dessas ações, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua-DF e a Secretaria de Desenvolvimento Social desenvolveram outras iniciativas em conjunto, como mutirões para o cadastramento da população em situação de rua em programas e benefícios.

O MNPR também ressalta que as políticas públicas voltadas a essa população ofertadas pela Sedes, precisam seguir o princípio da intersetorialidade, conforme previsto nas diretrizes da PNAS. Essa abordagem intersetorial é essencial para garantir que as políticas sejam integradas e atendam às múltiplas necessidades da população em situação de rua.

*[...] Todas as políticas devem ser intersetoriais!
A assistência depende da saúde, moradia, educação e todas as demais.
(Entrevistado 3 - Militante do MNPR)*

Análogo a isso, os militantes também relatam que o movimento busca sempre propor melhorias nos serviços ofertados pela secretaria. Destacaram, que através de articulações com a gestão, já influenciaram na questão da capacitação dos profissionais atuais, de modo a melhorar e adequar os fluxos dos atendimentos.

[...] Então eu percebi o seguinte, se nós moradores de rua não lutarmos pela saúde e pela assistência... vão acabar com ela. Hoje eu tô aqui na condição de apoiador da população para cobrar que esses serviços funcionem, e para isso a gente precisa estar sempre dialogando com a Sedes. (Militante do MNPR-1)

O servidor da Sedes que trabalha na gestão e atua com os serviços voltados para a população em situação de rua, também reconhece a importância do MNPR-DF para a garantia dos direitos socioassistenciais do grupo. Segundo ele:

[...] quando se fala em políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, a gente vê que ela só conseguiu realmente espaço, conseguiu ganhar avanços graças à organização dos movimentos sociais, porque a gente vai ver que toda a história das políticas públicas, ela tem lá a identidade dos movimentos sociais, então assim, o MNPR mesmo, teve presente praticamente desde o começo das discussões sobre políticas públicas votadas pra essa área, e eu acredito que sem a existência desses movimentos dificilmente a política avançaria. Então a gente vê também, que mesmo com muita dificuldade em relação ao avanço dessas políticas, porque são políticas muito voltadas pra áreas que grande parcela da população não prioriza, não dá atenção, então esses movimentos eles são muito importantes para realmente proteger, não só proteger o que já tem sido conquistado, como lutar para que ocorram mais avanços. Então esses movimentos, igual o MNPR, ele é extremamente importante para a existência, para a permanência das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. A gente vê que ainda está muito distante do que realmente necessitaria, mas a gente vê que o pouco que já se conquistou realmente tem a identidade desses movimentos. (Servidor Sedes)

Considerando o que foi exposto, percebe-se que a construção coletiva, produz efeitos em todos seus níveis de atuação, ou seja, ela contribui desde a percepção do indivíduo como um agente transformador e detentor de direitos, da mesma forma colabora com o desenvolvimento das políticas e serviços destinados a esse público. Essa constatação dialoga com a concepção de Gurza Lavalle (2018), onde segundo ele há uma relação de mútua cooperação entre movimentos sociais e políticas públicas. Dessa forma, compreende-se que a construção das políticas deve acontecer através da mediação das esferas públicas democráticas, onde as vozes e ideias que se manifestam, sejam ouvidas e reconhecidas no cenário político (TELLES, 1998).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o papel do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal em suas ações pela garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua. A partir dos referenciais teóricos e dos resultados levantados, foi possível compreender que o MNPR-DF atua como um instrumento que busca transformar a realidade das pessoas em situação de rua, promovendo sua visibilidade na agenda pública por meio da articulação política e social. Desde sua criação, o Movimento tem se dedicado à defesa dos direitos dessa população, atuando de forma intensa contra as violações de direitos e lutando pela ampliação e efetivação de políticas e serviços que assegurem melhores condições de vida ao grupo.

Considerando os marcos que o movimento alcançou e vem alcançado, é possível constatar que para garantir verdadeiramente a proteção dos direitos socioassistenciais, é essencial que olhar além das definições legais e se concentrar em formular e implementar políticas públicas que sejam verdadeiramente efetivas e capazes de garantir esses direitos de forma integral. Para isso, é fundamental valorizar e fortalecer os movimentos sociais que atuam na defesa e efetivação desses direitos (TELLES, 1998).

Diante disso, ao analisarmos a atuação do MNPR-DF sob a perspectiva de Gurza Lavalles (2018) onde a atuação dos movimentos sociais contribui para a emergência e o fortalecimento das políticas públicas, e as políticas públicas favorecem o desenvolvimento e o sucesso desses movimentos. Foi possível constatar que a ação coletiva do Movimento, produz efeitos em todos seus níveis de atuação, ou seja, ela contribui desde a percepção do indivíduo como um agente transformador, assim como influência nas políticas e serviços destinados ao grupo.

A atuação do MNPR-DF também se reflete diretamente na população em situação de rua, por meio das interações promovidas, onde estimulam debates sobre temas importantes, fortalecem identidades e ampliam o conhecimento sobre os direitos. Dessa forma, o movimento busca contribuir para o reconhecimento dessas pessoas perante a sociedade, além de incentivar seu envolvimento e protagonismo para expressarem suas próprias necessidades.

Ainda, o estudo revelou que o movimento influencia no empoderamento e na emancipação social dos próprios militantes. Ao se fortalecerem enquanto representantes e com o amadurecimento político, essas pessoas passam a se reconhecer como sujeitos sociais e políticos, capazes de reivindicar direitos e influenciar decisões. Nesse contexto, à medida que o MNPR-DF conquista mais espaços, os militantes tendem a buscar ampliar seus conhecimentos para ocupar posições de destaque, fortalecendo sua autoestima e cidadania, refletindo até mesmo no processo de superação às ruas.

A articulação do MNPR também se reflete em sua capacidade de mobilização e na utilização de repertórios estratégicos para incidir nas políticas públicas socioassistenciais. Através da sua capacidade de interação, ele exerce influência sobre atores governamentais, para garantir que as necessidades da população em situação de rua sejam consideradas em todo o processo do fazer político. Dito isso, foi possível identificar que o MNPR-DF utiliza diferentes estratégias para alcançar seus objetivos (protestos, ações diretas, participações institucionalizadas, políticas de proximidade, ocupação de cargos no governo).

As diferentes ações e estratégias adotadas pelo movimento, demonstram sua capacidade de se moldar para conquistar visibilidade nas esferas de governo. Esses espaços conquistados são sem dúvida, frutos das suas mobilizações, das suas formas de organização e estratégias de luta, do reconhecimento da voz e do protagonismo da população em situação de rua.

Quanto ao âmbito da assistência social, é importante considerar os avanços que a Política Nacional de Assistência Social e a Política Nacional para a População em Situação de Rua trouxeram para a garantia de direitos dessas pessoas. Como pode ser observado na pesquisa, a população em situação de rua recorre inicialmente aos serviços socioassistenciais e posteriormente recebem direcionamento às demais políticas. Dessa forma, o MNPR-DF se mobiliza para fiscalizar e garantir que esses serviços sejam ofertados de maneira adequada, atendendo às reais necessidades desse grupo.

Ainda, é fundamental que o Movimento e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal estejam alinhados e trabalhando em conjunto na condução e na implementação das políticas socioassistenciais. A construção coletiva dessas políticas não apenas garante a efetividade dos serviços, mas também fortalece a

participação da população em situação de rua no controle e desenvolvimento dessas políticas públicas.

Por fim, cabe ressaltar que todos os espaços que o MNPR passa a ocupar são relevantes para garantia dos direitos da população em situação de rua, pois a partir das diferentes estratégias de articulação, a agenda é colocada em destaque. Assim, o papel do Movimento Nacional da População em Situação de Rua se torna fundamental para promover o reconhecimento e o fortalecimento da população, o empoderamento e amadurecimento político dos militantes, a formulação, efetivação e o controle das políticas públicas de garantia de direitos socioassistenciais da população em situação de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, R.; BULOW, M. U. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?** Sociologias, v. 13, n. 28, p. 52–84, 1 dez. 2011.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na era Lula.** Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, R.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Repensando Atores e Oportunidades Políticas.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 105, p. 15–46, set. 2018.
- ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 76, p. 49–86, 1 jan. 2009.
- ALONSO, A. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** Sociologia & Antropologia, v. 2, n. 3, p. 21–41, 1 jun. 2012.
- ARGILES, S.; SILVA, V. **Assistência social e população em situação de rua.** V Jornal Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2011. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, José Carlos Gomes. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados.** 2018. Dissertação – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** – Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria de Assistência Social, 2009.

BRASIL. **Plano Ruas Visíveis: pelo direito ao futuro da população em situação de rua.** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

CORRÊA, F.; ANTONIO, M. **Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política.** Revista Psicologia Política, v. 12, n. 25, p. 549–570, 2023.

CORREIA, M. **Observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem - Revista Científica | Journal of Nursing, v. 13, n. 2, p. 30–36, 31 dez. 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 4, n. 1, p. 1–15, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/993>. Acesso em: 11 fev. 2025.

COSTA; LEITE JUNIOR. **Nada sobre a rua, sem a rua.** BIS Boletim do Instituto de Saúde, v. 25, n. 1, p. 101–108, 30 jul. 2024.

FRANCO, A.; SOARES, P.; DALE, A. **Perspectivas teóricas sobre Movimentos Sociais.** v. 10, n. 9, p. e56510918601-e56510918601, 2 ago. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 9. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Dalila Fernandes; ELIAS, Flávia Tavares Silva. **Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental.** Comunicação em Ciências da Saúde, Brasília, v. 27, n. 2, p. 151-158, 2016.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisitado.** Em Tese, v. 1, n. 2, p. 75–91, 2024.

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Perfil da população em situação de rua do Distrito Federal.** Relatório de pesquisa. Brasília: IPEDF, 2022.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Orgs). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. 410 p. ISBN-10: 8575114808. ISBN-13: 9788575114803.

LIMA, Nathalia Potiguara de Moraes. **Movimento nacional da população em situação de rua do RN: formação política.** 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação.** Revista Ibero-Americana de Estudos em

Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17958>.

MARTINS, Jonatas. **DF tem mais de 8,6 mil pessoas em situação de rua neste fim de ano**. Metrôpoles, 31 dez. 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-tem-mais-de-86-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-neste-fim-de-ano#google_vignette. Acesso em: 14 fev. 2025.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de. **No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua**. 2020. 316f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **População em situação de rua e o “direito a ter direitos”**. 2015. Doutorando em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. DE. **População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática**. Psicologia & Sociedade, v. 31, 2019.

MEZAROBBA, J.; CAETANO, M.; FRANK, F. **População em Situação de Rua: A importância dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos**. Dialnet, p. 368–387, 2024.

MINAYO, Maria Cecília. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MOREIRA LIMA, O.; SANTIAGO, I. **Movimentos sociais, participação e incidência nas políticas públicas locais**. Revista Debates Insubmissos, v. 1, n. 1, p. 68–82, 2018.

NUNES, C. **O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade**. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 75, p. 131–147, maio 2014.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

ORTIZ, Brenda. **DF tem maior percentual de pessoas em situação de rua do Brasil, diz pesquisa do governo federal**. G1 DF, 16 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PEREIRA, Fabrícia da Hora. **Desdobramentos da adesão do governo do Distrito Federal à política nacional para a população em situação de rua**. 2016. 160 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, S. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira**. IPEA, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8252/1/TD_2358.pdf.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

REIS, T. C. M.; AZEVÊDO, A. V. S. **Pessoas em situação de rua: inclusão/exclusão social, políticas públicas e atuação do psicólogo**. PSI UNISC, v. 7, n. 1, p. 50-74, 2023.

RESENDE, V. DE M.; MENDONÇA, D. G. DE. **População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo**. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 35, n. 4, 2019.

RODRIGUES, Samuel. **Entrevista concedida à TV Comunitária de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wZkH8aDzNHw>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROSA; BESSI, R.; FERRO, C. **Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar - Cartilha para formação política**. Disponível em: https://www.academia.edu/38772844/Movimento_Nacional_da_Popula%C3%A7%C3%A3o_de_Rua_Conhecer_para_lutar_Cartilha_para_forma%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_National_Movement_of_Street_Population_Knowing_to_fight_Booklet_for_political_formation. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, Nara Damião dos. **O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina: uma trajetória de luta**. 2012 – Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SCHUCH, P. et al. **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf#page=69.

SEDES. **A SEDES, 2023**. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/a-sedes/>. Acesso em: 16 out. 2023.

SEDES. **Centro POP**. Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/centro-pop/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SEDES. **Serviço Especializado em Abordagem Social**. Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/abordagem-social/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SEDES. **CREAS**. Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/protecao-e-atendimento-especializado/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SEDES. **Adultos e Famílias, Mulheres e Idosos**. Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/adultos-e-familias/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. **Movimento nacional de população de rua: a complexa luta por direitos**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1058-1079, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 fev. 2025. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p1058-1079>.

SILVA. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2025.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 319 p. ISBN 9788532638281. (Coleção Sociologia).

ZANELLA, Liane Carly Hermes et al. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiros das entrevistas semiestruturadas

Roteiro Entrevista Público: Servidores da SEDES

1. Uma breve descrição de suas atribuições e das atividades realizadas com a população em situação de rua, no âmbito de sua área de atuação.
2. Em sua função, você articula ou interage com as pessoas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)? Em caso afirmativo, como ocorre essa articulação/interação?
3. Além dos espaços institucionalizados de interação, existem outras formas pelas quais vocês recebem as demandas do Movimento? Em caso afirmativo, quais são essas formas? Como são conduzidos o encaminhamento, análise e as respostas a essas demandas?
4. Em sua perspectiva, qual é a importância da colaboração entre os atores institucionais e o Movimento para os serviços destinados à população em situação de rua?
5. A instituição teve, tem ou pretende ter alguma parceria com MNPR? Em caso afirmativo, há algum resultado ou contribuição para os serviços ofertados decorrentes dessa colaboração?
5. Existe algo que não foi perguntado que queira acrescentar?

Roteiro Entrevista Público: Militantes do MNPR-DF

1. Como o Movimento surgiu aqui no DF?
2. Como é a organização atual do Movimento? Como as pessoas podem entrar? Quem são os principais parceiros?
3. Quais são as formas e os espaços que o Movimento utiliza para interação com a população em situação de rua?
4. Como você conheceu o Movimento Nacional da População de Rua? Histórico pessoal da liderança dentro do movimento
5. Em qual momento passou a se perceber como uma liderança do Movimento e do povo da rua e como você vê esse processo/evolução?
6. Quais os objetivos do Movimento atualmente?
7. Quais são as metas que o Movimento conquistou ou pretende conquistar?
8. Como é a articulação/interação do Movimento com a Sedes?
9. Com relação aos serviços de proteção social ofertados pela Sedes, de que maneira a interação do Movimento influencia o desempenho desses serviços?
10. Com que serviços o Movimento mais dialoga? E com quais pessoas?
11. Quais as parcerias que o Movimento tem construído dentro dessa secretaria?
12. Qual a importância dessa relação/interação para cumprir as pautas do Movimento?
13. Existe algo que não foi perguntado que queira acrescentar?

Apêndice B – Termo de Consentimento das Entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO

Concordo em participar como voluntário (a) do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação Iara Anahi Muniz Dominguez, orientada pela professora Dr^a Tatiana Lemos Sandim do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), que podem ser contatados pelos e-mails: lara-anahi@hotmail.com, tatiana.sandim@unb.br.

Estou ciente de que o objetivo do estudo é realizar entrevistas com atores envolvidos com a temática **“A participação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na Garantia dos Direitos Socioassistenciais”**, com a finalidade de contribuir para a realização do Trabalho de Monografia em Políticas Públicas, para responder a pergunta de pesquisa: **“Que papéis o Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal exerce para influenciar na garantia dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua?”**.

Entendo que minha participação no estudo se dará através de respostas a perguntas previamente elaboradas pela pesquisadora. Essas respostas serão gravadas e posteriormente transcritas. Minha identidade permanecerá anônima e a entrevista será realizada sem qualquer tipo de constrangimento.

Confirmo que recebi todos os esclarecimentos necessários sobre o estudo no início da entrevista e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou constrangimento.

Brasília/DF, de _____ de 202_.

Assinatura do participante: _____